

ALGUNS PROBLEMAS  
RELATIVOS A ANTECEDENTES ANAFÓRICOS

por

LEONOR CANTAREIRO LOMBELLO

Dissertação apresentada ao  
Departamento de Linguística  
do Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas da Universi  
dade Estadual de Campinas co  
mo requisito parcial para ob  
tenção do grau de Mestre em  
Linguística.

Campinas

1975

UNICAMP  
BIBLIOTECA CENTRAL

Esta pesquisa foi possível graças ao auxílio concedido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através de uma bolsa de estudos durante o período letivo do ano de 1974 (processo BP - 4670/73); e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), através de bolsa concedida durante o ano letivo de 1975 (processo Humanas e Sociais 74/307).

ALGUNS PROBLEMAS  
RELATIVOS A ANTECEDENTES ANAFÓRICOS

Resumo

Esta pesquisa visa levantar alguns dados em português que sejam relevantes para o problema da determinação dos antecedentes anafóricos, dentro do atual quadro de desenvolvimento da gramática gerativa transformacional, pretendendo chegar à caracterização de algumas condições de ocorrência dos antecedentes anafóricos, bem como indicar o tratamento que o problema deve receber dentro da gramática. Primeiramente serão apresentadas as duas principais hipóteses que tentam explicar o problema, com a reprodução de seus argumentos principais e das condições postuladas por elas. A hipótese 'transformacional' postula que os pronomes são inseridos numa sentença através de uma regra sintática de pronominalização, e a 'interpretativa' sugere que eles sejam gerados na estrutura profunda e interpretados por uma regra semântica. Verificando alguns fatos em português referentes principalmente à determinação dos antecedentes anafóricos em sentenças com anafóricos no plural e com 'respectivamente', procuraremos mostrar que eles poderão ser melhor explicados com a introdução de certas noções semânticas como a da representação das frases nominais por variáveis na estrutura profunda. Este tratamento poderá dar conta de todos os fatos apresentados e possivelmente eliminar a controvérsia entre as duas hipóteses citadas.

Autor: Leonor Cantareiro Lombello

Orientador: Dr. Marcelo Dascal

## ÍNDICE

	Pág.
Capítulo 1. Introdução.....	2
Capítulo 2. O tratamento dado pela gramática ge- rativa transformacional aos pronomes anafóricos e à correferência.	
2.1. A hipótese 'transformacional'.....	5
2.2. Problemas apontados.....	10
2.3. Uma proposta alternativa: a hipótese 'interpretativa'.....	13
2.4. O sistema de correferência.....	27
Capítulo 3. A determinação de antecedentes sepa- rados	
3.1. A interpretação de sentenças com plural.....	36
3.2. A interpretação do pronome 'reuni- do'.....	38
3.3. A interpretação do sujeito da sen- tença complemento.....	44
3.4. Sumário.....	58
Capítulo 4. Conclusões.....	64
Bibliografia.....	67

## CAPÍTULO I

### INTRODUÇÃO

O problema da anáfora tem ocasionado muitas controvérsias dentro da gramática gerativa transformacional. Esta abordagem lingüística comporta principalmente duas análises diferentes dos pronomes anafóricos e dos problemas da correferência entre frases nominais. Por um lado encontramos a análise delimitada por Chomsky (1957) e (1965) dentro da teoria chamada 'standard', que insere os pronomes numa sentença através de uma transformação de pronominalização. Esta análise é apresentada em Lees e Klima (1963) e postulada por vários outros autores, como Ross (1967) e Langacker (1969), que procuram estabelecer as condições desta regra de pronominalização.

Por outro lado, autores como Jackendoff (1967) e Dougherty (1969), baseados em problemas surgidos com a primeira análise e em certa evidência da necessidade de se considerar outros níveis além da estrutura profunda para a interpretação semântica das sentenças, sugerem que os pronomes anafóricos sejam gerados da mesma forma que os não-anafóricos. Isto é, eles seriam inseridos na estrutura profunda pelas regras de inserção lexical, tendo sua referência determinada por regras de interpretação semântica. O próprio Chomsky (1969) reveriu sua posição anterior, no sentido de modificar a teoria 'standard', permitindo que certos aspectos da estrutura derivada tenham um papel importante na representação semântica das sentenças, e abrindo novas possibilidades de análise dentro da gramática gerativa transformacional. O aumento do poder do componente semântico (com a conseqüente diminuição do poder das transformações) é proposto por Jackendoff (1972), que procura colocar toda a determinação da correferência no componente semântico.

No capítulo 2 apresentaremos as linhas principais das duas análises citadas, formulando mais claramente as propostas e reproduzindo os argumentos principais de ambas as posições. Na seção 2.1. falaremos da proposta inicial, a hipótese 'transformacional', reproduzindo as condições formuladas por Ross (1967) e Langacker (1969) para a regra de pronominalização. Na seção 2.2. indicaremos os principais problemas apontados, para na seção 2.3. apresentar a proposta alternativa, a hipótese 'interpretativa', reproduzindo os argumentos de Jackendoff (1967) e Dougherty (1969) a favor desta hipótese. Na seção 2.4. falaremos do sistema de determinação de correferência proposto por Jackendoff (1972), que estende o tratamento dado à determinação da correferência dos pronomes e reflexivos à interpretação do sujeito das sentenças complemento.

A seguir, no capítulo 3, procuramos verificar como alguns fatos específicos em português, como o da determinação dos antecedentes anafóricos em sentenças com anafóricos no plural e com antecedentes separados, em sentenças com 'respectivamente' ou em sentenças encaixadas, comportam-se em relação às teorias apresentadas, principalmente em relação ao sistema de correferência proposto por Jackendoff (1972). Procuraremos verificar principalmente como estes fatos se comportam na interação com alguns princípios semânticos que julgamos indispensáveis para a análise das frases nominais numa sentença, analisando principalmente as sentenças com plural e com infinito flexionado. Tentaremos mostrar a necessidade da introdução de certas noções semânticas para a determinação dos antecedentes anafóricos nestas sentenças e propor algumas restrições que as hipóteses apresentadas devem incorporar, para que possam dar uma explicação mais completa e detalhada dos fatos relativos à correferência. Na seção 3.1., mostraremos algumas deficiências das propostas anteriores em relação às sentenças no plural, e em 3.2. trata

remos da interpretação do pronome plural 'reunido', principalmente em sentenças com 'respectivamente'. Finalmente, na seção 3.3., falaremos da interpretação do sujeito do complemento, que, segundo Jackendoff (1972), pode ser interpretado pela mesma regra de correferência que interpreta os pronomes. Procuraremos testar esta regra em sentenças no plural e com infinito flexionado para mostrar possíveis restrições a que ela está sujeita e apontar alterações que devam ser feitas no tratamento proposto até agora para os problemas da anáfora e da correferência. 3.4. apresenta um sumário das conclusões deste capítulo.

No capítulo 4 apresentaremos, como conclusão, uma breve exposição de como o tratamento das FNs em geral na base pode apresentar indicações para a solução dos problemas da anáfora e da correferência e da controvérsia entre as duas hipóteses apresentadas.

## CAPÍTULO 2

### O TRATAMENTO DADO PELA GRAMÁTICA GERATIVA TRANSFORMACIONAL AOS PRONOMES ANAFÓRICOS E À COREFERÊNCIA

#### 2.1. A hipótese 'transformacional'

Os pronomes anafóricos são tratados pela teoria transformacional 'standard' como resultantes de uma transformação. Chomsky (1965) apresenta a 'operação de reflexivização' como uma transformação obrigatória quando duas frases nominais (FN) são fonética e referencialmente idênticas. Isto é, numa sentença como:

(1) The boy hurt the boy.

as duas frases nominais foneticamente idênticas devem ser interpretadas como de referência distinta, pois a identidade de referência exigiria a reflexivização da segunda FN.

As regras para reflexivização e pronominalização adotadas em Chomsky (1965) e nos primeiros trabalhos da teoria transformacional 'standard' foram as apresentadas em Lees e Klima (1963). Entendendo pronomes como "palavras usadas no lugar de um nome", eles chamam a atenção para o fato de que "esta substituição está sujeita a regras gramaticais muito rígidas". Estas regras determinam a substituição da segunda ocorrência de uma FN por um pronome reflexivo quando ela se dá na mesma sentença; quando as duas ocorrências estão em sentenças diferentes haverá a substituição da FN por um pronome simples na sentença subordinada.

Depois de analisar vários tipos de sentenças simples e complexas que obedecem a esta distribuição de pronomes reflexivos e simples, Lees e Klima propõem as seguintes regras para a pronominalização:

(2) Regra de reflexivização:

X - Nom - Y - Nom' - Z →

X - Nom - Y - Nom' + Self - Z



em que Nom = Nom' = um nominal  
e Nom e Nom' estão na mesma sentença sim-  
plex.

(3) Regra de pronominalização:

X - Nom - Y - Nom' - Z →

X - Nom - Y - Nom' + Pron - Z

em que Nom = Nom'

e Nom está na sentença matriz e Nom' numa  
sentença encaixada na sentença matriz.

As duas regras devem ser aplicadas nesta or-  
dem, sendo que regras morfofonêmicas proverão as formas  
pronominais apropriadas, isto é, substituindo 'Nom' pe-  
lo pronome apropriado seguido de 'self' na primeira re-  
gra, e substituindo 'Nom' pelo pronome apropriado na  
segunda regra. Assim, 'Nom' + Self' corresponderá a um  
pronome reflexivo, e 'Nom' + Pron' a um pronome simples,  
isto é, não reflexivo.

Esta análise postula origens diferentes para  
os pronomes anafóricos e os não-anafóricos. Estes últi-  
mos são inseridos na estrutura profunda (EP) pela regra  
de inserção lexical, estando já presentes no input do  
componente transformacional. Já os pronomes anafóricos,  
como acabamos de ver, são inseridos num marcador frasal  
por uma regra transformacional formulada como uma opera-  
ção de eliminação em que uma FN é apagada sob condição  
de identidade estrita com outra FN. A identidade estrita  
é necessária para assegurar a recuperabilidade do a-  
pagamento, e exige completa identidade estrutural e le-  
xical dos núdulos dominados pelas FNs em questão, além  
da identidade de referência. Chomsky (1965) propõe que  
se atribua a cada item referencial uma marca, que pode  
ser um número inteiro, como índice. Dois elementos lexi-  
cais terão a mesma referência somente quando tiverem ín-  
dices idênticos.

Seguindo as linhas principais desta análise,  
vários trabalhos foram desenvolvidos sobre as condições

e restrições sobre as regras de pronominalização, refi-  
nando-as e atribuindo-lhes maior poder explanatório.  
Ross (1967) mostra que certos fatos sobre pronomes a-  
nafóricos em inglês podem ser facilmente explicados se  
a regra que os introduz for uma transformação obrigató-  
ria e ciclicamente ordenada, que substitui uma FN por  
um pronome definido do gênero e número adequados, quan-  
do está no ambiente de outra FN idêntica. Ele mostra  
que a pronominalização pode se aplicar para a direita  
ou para a esquerda. A pronominalização para a direita  
não sofre restrições, mas a pronominalização para a es-  
querda só é permitida quando a FN a ser pronominaliza-  
da for dominada por uma oração subordinada que não con-  
tenha a outra FN idêntica a ela. Além disso, a pronomi-  
nalização deve ser ordenada depois de outras transfor-  
mações, como por exemplo as transformações passiva e  
de anteposição de advérbio, para explicar fatos como:

- (4) (a) John<sub>i</sub> was hungry after he<sub>i</sub> woke up.  
(b) \*He<sub>i</sub> was hungry after John<sub>i</sub> woke up.  
(5) (a) After John<sub>i</sub> woke up, he<sub>i</sub> was hungry.  
(b) After he<sub>i</sub> woke up, John<sub>i</sub> was hungry.

O fato de que só a pronominalização para a di-  
reita foi possível em (4), mas em (5) aplicou-se nas  
duas direções, pode ser explicado se a pronominalização  
se aplicar no ciclo depois da anteposição do advérbio,  
que moveu a oração com 'after' para a frente em (5), co  
locando a FN à esquerda dentro das condições exigidas  
para a pronominalização para a esquerda. Isto mostra  
que a pronominalização não pode ser pré-cíclica. Para  
provar que ela também não é pós-cíclica, Ross aponta  
que é necessário que ela se aplique num ciclo anterior  
à aplicação da regra de apagamento de FN idêntica (Equi-  
NP deletion), usando fatos como:

- (6) (a) \*Realizing that Oscar<sub>i</sub> was unpopular  
didn't disturb him<sub>i</sub>.  
(b) Realizing that he<sub>i</sub> was unpopular  
didn't disturb Oscar<sub>j</sub>.

As sentenças em (6) vêm de uma estrutura como:

(7)  $[[\text{Oscar}_i\text{'s realizing } [\text{that Oscar}_i\text{ was unpopular}]_{S_1}]_{S_2} \text{ didn't disturb Oscar}_i]_{S_3}$

Para se obter (6b) aplica-se a regra de pronominalização no segundo ciclo ( $S_2$ ), onde ela só pode ocorrer para a direita, produzindo:

(8)  $[[\text{Oscar's realizing } [\text{that he was unpopular}]_{S_1}]_{S_2} \text{ didn't disturb Oscar}]_{S_3}$

No terceiro ciclo ( $S_3$ ), depois de se apagar a primeira ocorrência da FN idêntica, já não há mais condições para se aplicar a pronominalização. Fica claro, então, que a pronominalização deve ser ordenada de pois do apagamento da FN idêntica dentro deste ciclo. E não pode ser considerada pós-cíclica porque se aplicou num ciclo anterior, antes do apagamento. Logo, a pronominalização é uma regra cíclica.

Se quiséssemos aplicar a pronominalização para a esquerda no segundo ciclo da estrutura (7), violando a restrição de que a FN a ser pronominalizada não pode estar numa oração subordinada que contém também a outra FN idêntica, teríamos:

(9)  $[[\text{His realizing } [\text{that Oscar was unpopular}]_{S_1}]_{S_2} \text{ didn't disturb Oscar}]_{S_3}$

que, com a aplicação de pronominalização para a direita no terceiro ciclo e o apagamento de 'his' resultaria na frase agramatical (6a).

Estes são os argumentos de Ross a favor da ciclicidade da regra de pronominalização e da sua ordenação no ciclo depois de regras como passiva e anteposição de advérbio, bem como da necessidade dela se aplicar num ciclo anterior à aplicação da regra de apagamento de FN idêntica.

Quanto às restrições para a aplicação da regra de pronominalização, Langacker (1969) mostra que e

las dependem essencialmente da noção de 'comando', que, combinada com a de 'precedência', permite uma simplificação na formulação das restrições apresentadas por Ross. A pronominalização apresenta restrições diferentes para as estruturas coordenadas e para as não coordenadas, mas essas restrições podem ser reunidas na seguinte regra, formulada por Langacker:

(10) Uma  $FN_1$  pode ser usada para pronominalizar uma  $FN_2$  a menos que:

1.  $FN_2$  preceda  $FN_1$ ; e
2. ou (a)  $FN_2$  comande  $FN_1$   
ou (b)  $FN_1$  e  $FN_2$  sejam elementos de estruturas coordenadas separadas.

Esta regra vai impedir a pronominalização para a esquerda (quando  $FN_2$  precede  $FN_1$ ) em dois casos. No primeiro, quando as duas FNs estiverem em estruturas coordenadas diferentes, para impedir sentenças como:

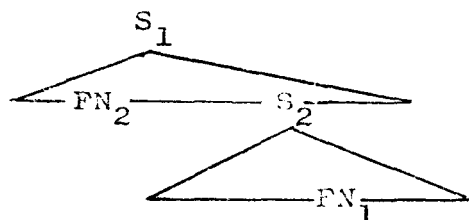
(11) \*Penelope cursed him<sub>i</sub> and slandered Peter<sub>i</sub>.

No segundo caso, a pronominalização para a esquerda não é possível quando a FN a ser pronominalizada comanda a outra FN idêntica. Segundo Langacker, um nóculo A 'comanda' um nóculo B se: (1) nem A nem B dominam o outro; e (2) o nóculo S que domina imediatamente A também domina B. Portanto, o fato de 'he' estar à esquerda e comandar 'Ralph' é que causa a agramaticalidade de:

(12) \*He<sub>i</sub> is much more intelligent than Ralph<sub>i</sub> looks.

A  $FN_1$  (Ralph) foi usada para pronominalizar uma FN que a comanda, isto é, que é dominada diretamente pela mesma S que domina  $FN_1$ , numa estrutura que pode ser representada pelo diagrama da página seguinte, em que vemos que  $FN_2$  não só precede  $FN_1$ , como faz parte de uma sentença na qual se encaixa a sentença em que es

tá  $FN_1$ :



Se  $FN_1$  preceder ou estiver numa sentença mais alta não haverá problemas para a pronominalização, como mostram as sentenças seguintes:

(13) Ralph<sub>i</sub> is much more intelligent than he<sub>i</sub> looks.

(14) [The woman [who is to marry him<sub>i</sub>]<sub>S<sub>1</sub></sub> will visit Ralph<sub>i</sub> tomorrow]<sub>S<sub>2</sub></sub>

Resumindo: a proposta que chamaremos 'transformacional' postula que os pronomes anafóricos são inseridos por meio de uma transformação de pronominalização em que uma FN é pronominalizada sob condições de identidade com outra FN. A regra também especifica sob que condições a pronominalização pode ou não se dar.

## 2.2. Problemas apontados

A análise 'transformacional' logo começou a sofrer críticas severas. Foram apontadas sentenças cujas estruturas não poderiam ser explicadas por esta análise, e que indicavam, portanto, que outros mecanismos deveriam ser invocados para dar conta dos pronomes anafóricos. Um dos mais conhecidos contra-exemplos a esta análise é o chamado "paradoxo de Bach". Bach (.. 1970) apontou que, se assumirmos a pronominalização como uma regra que opera em FNs especificadas (lexicais), exigindo identidade completa de todos os elementos dominados pelo nó FN, inclusive das orações relativas, teremos que admitir uma estrutura profunda infinita para sentenças como:

(15) The man who shows he<sub>i</sub> deserves it<sub>j</sub> will

get the prize<sub>j</sub> he<sub>i</sub> desires.

Esta sentença teria uma EP como:

(16) The man who shows that the man deserves the prize [that the man who shows that the man deserves the prize [that the man... (ad infinitum) will get the prize that the man [who shows that the man deserves the prize that the man [who shows... (ad infinitum)

Desde que a recursividade infinita não é permitida para uma EP pela gramática transformacional, Bach afirma que teremos que postular outra EP para sentenças do tipo de (15), provavelmente com FNs e pronomes independentemente escolhidos na base.

Entretanto, o paradoxo de Bach apenas se mantém se a identidade exigida para as FNs incluir também as orações relativas dominadas pelas FNs. Dougherty (1969), que também baseia-se na condição de identidade estrita entre as FNs correferentes para criticar a análise de pronominalização como uma transformação, diz que, segundo Chomsky, pode-se formular esta análise sem a exigência de identidade entre as orações relativas, isto é, do nóculo FN completo, mas exigindo-se apenas identidade do nome (N) principal dos nóculos FNs envolvidos na pronominalização<sup>1</sup>. Deste modo, a EP de (15) seria (17), e não (16):

(17) The man<sub>i</sub> who shows the man<sub>i</sub> deserves the prize<sub>j</sub> will get the prize<sub>j</sub> the man<sub>i</sub> desires.

Nesta formulação, não existe mais o problema das estruturas profundas de comprimento infinito, e as sentenças apontadas por Bach podem ser perfeitamente explicadas. Da mesma forma, a sentença que Dougherty (1969) aponta como contra-exemplo para a análise 'transformacional', já que não teria uma EP correspondente, também seria explicada por esta nova formulação. Dougherty afirma que uma sentença como:

(18) Lips that touch liquor shall never touch mine.

na interpretação:

(19) Lips that touch liquor shall never touch my lips.

teria que ter, se mantivermos a condição de identidade estrita de FNs completas, a EP seguinte:

(20) Lips that touch liquor shall never touch my lips that touch liquor.

Entretanto, (20) diz mais do que está dito em (18), e não pode ser considerada sua EP. Este problema será resolvido se as orações relativas não forem mais incluídas na condição de identidade estrita de FNs, pois a EP de (18) poderá, neste caso, ser igual a (19).

Outro problema apontado contra a regra de reflexivização de Lees e Klima relaciona-se com os chamados 'picture-nouns' (como picture, description, photograph, story, poem, novel, biography, etc). Jackendoff (1967) aponta que uma sentença como (21) é ambígua, podendo o pronome ter sido reflexivizado por qualquer uma das FNs anteriores:

(21) John told Bill a story about himself.

Entretanto, uma sentença como (22) tem apenas uma interpretação, em vez das três que se esperaria que tivesse:

(22) Tom told Dick Harry's story about himself.

De fato, 'himself' só pode ser entendido como referindo-se a 'Harry', o que fica claro quando se tenta substituir 'Harry' por um nome que não pode ser coreferencial com 'himself':

(23) \* Tom told Dick Mary's story about himself.

Portanto, a regra de reflexivização apresenta problemas mesmo nas sentenças simples. Uma possível solução foi apontada: introduzir uma outra sentença com um verbo abstrato subjacente 'to story', mas esta proposta, além de apresentar algumas dificuldades, ainda não explicaria como algumas sentenças que violam a regra de reflexivização são, contudo, sentenças aceitá

veis do inglês. Um exemplo destas sentenças é:

(24) The fact that there is a picture of himself hanging in the post office frightens Tom.

Nesta sentença, além do pronome reflexivo estar numa sentença simples diferente da sua FN correferencial, ele está à esquerda dela, violando a descrição estrutural da regra de reflexivização dada em (2).

### 2.3. Uma proposta alternativa: a hipótese 'interpretativa'

À luz dessas dificuldades, Jackendoff (1967) propõe uma nova abordagem para a análise de pronomes simples e reflexivos: em vez de explicar suas propriedades derivando-os de FNs subjacentes mais especificadas, assume que eles são gerados como itens lexicais, inseridos nas estruturas de base, e tenta mostrar que as suas propriedades podem ser explicadas através de regras de interpretação semântica. Nesta análise, chamada por ele de 'teoria interpretativa', as FNs não são marcadas quanto à referência na base, mas são interpretadas por regras de interpretação semântica como correferenciais ou não.

Evidentemente, tal análise daria conta facilmente de sentenças como (15) e (18), evitando os problemas da estrutura profunda infinita e das orações relativas. Os pronomes que aparecem nas estruturas superficiais já estariam nas estruturas profundas, sendo marcados quanto à referência posteriormente, em algum ponto da derivação. Dentre as várias leituras possíveis, teríamos as indicadas acima, quando discutimos as referidas sentenças. Isto é, além de serem marcados como anáfóricos, correferenciais a outras FNs da sentença, os pronomes poderão também ser marcados como não-anafóricos, possibilitando outras interpretações, além das apontadas aqui.

Jackendoff propõe que as regras de interpre-



tação de reflexivos e pronomes, deixando de lado, por enquanto, os ambientes em que devem se aplicar, tenham mais ou menos as seguintes formas:

(25) Regra de interpretação de reflexivos:

$\left[ \begin{array}{l} FN_2 \\ \propto \text{ reflexivo} \end{array} \right]$  é correferencial com  $FN_1$   
no ambiente ...

OBRIGATÓRIA

(26) Regra de interpretação de pronomes:

$\left[ \begin{array}{l} FN_2 \\ \propto \text{ pronome} \end{array} \right]$  é correferencial com  $FN_1$   
no ambiente...

OPCIONAL

Há ainda necessidade de uma terceira regra:

(27)  $FN_2$  será não-correferencial com  $FN_1$  se  
não foi marcado como correferencial com  
 $FN_1$

OBRIGATÓRIA

Estas regras, aplicadas nesta ordem, vão marcar uma  $FN_2$  como correferencial com  $FN_1$  somente se  $FN_2$  for um reflexivo, primeiramente. Se for um pronome simples, (26) poderá ou não marcá-lo como correferencial (o que explica sentenças ambíguas com pronomes). Se nem (25) nem (26) marcarem  $FN_2$  como correferencial, então (27) obrigatoriamente a marcará como não-correferencial com  $FN_1$ .

Quanto aos ambientes, Jackendoff aponta que, já que o ambiente exigido para a pronominalização pela teoria transformacional parece essencialmente correto, ele poderia ser preservado pela teoria interpretativa. Entretanto, para fazer isso, a regra de interpretação de pronomes não pode se aplicar ao nível da EP, pois a regra transformacional de pronominalização é cíclica e ordenada em relação a outras regras. Há transformações

que mudam as estruturas relevantes para o ambiente da pronominalização e, portanto, as regras de interpretação de pronomes terão que se aplicar depois delas. Esta afirmação não vai totalmente contra a afirmação de que as transformações não mudam o significado, que tem sido um dos postulados básicos da gramática transformacional: podemos manter que as relações gramaticais e o significado dos itens lexicais individuais são preservados pelas transformações. Entretanto, há evidência de que nem todo o significado é preservado pelas transformações, e se dissermos que a referência é determinada por regras semânticas que interpretam estruturas derivadas, não estaremos dizendo que a referência é mudada pelas transformações, pois ela não havia sido atribuída na EP, mas sim que as transformações podem afetar a interpretação da referência, uma vez que mudam as estruturas relevantes para o ambiente em que esta interpretação se dá.

Portanto, a regra de interpretação de pronomes, a ser aplicada dentro do ciclo transformacional, poderá ter, segundo Jackendoff, a seguinte forma:

$$(28) \left[ \begin{array}{l} FN_2 \\ \approx \text{pronome} \end{array} \right] \text{ é correferencial com } FN_1,$$

se ou  $FN_1$  está à esquerda de  $FN_2$  ou  $FN_2$  é dominada por uma sentença subordinada à sentença que domina diretamente  $FN_1$ .

OPCIONAL

A regra (27) de não-correferencialidade deverá se aplicar no último ciclo, depois de (28).

Jackendoff mostra que, com esta regra, podemos explicar os dados levantados pelos autores que consideraram a pronominalização como uma transformação, como Ross (1967), e alguns casos problemáticos para eles, que envolveriam contradições na teoria transformacional

e que são perfeitamente explicados pela teoria interpretativa.

Já a regra de interpretação de reflexivos terá a seguinte forma:

(29)  $\left[ \begin{array}{l} FN_2 \\ \text{reflexivo} \end{array} \right]$  é correferencial com  $FN_1$  se

(a)  $FN_2$  não foi marcada como correferencial com nenhuma outra FN; e

(b)  $FN_2$  é dominada diretamente (ou através de uma possível preposição) por  $FV$  ou  $\bar{N}$ ; e

(c)  $FN_1$  não está numa sentença relativa subordinada ao ciclo atual; e

(d) ou  $FN_1$  está à esquerda de  $FN_2$  ou  $FN_2$  é dominada por uma sentença subordinada à sentença que domina diretamente  $FN_1$ .

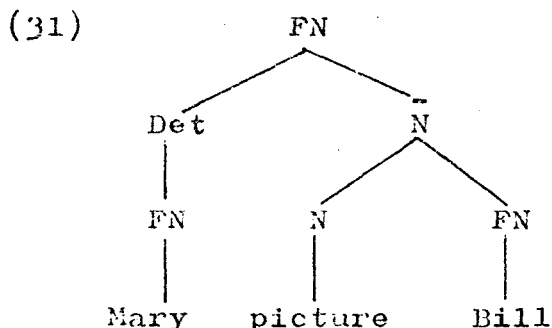
#### OBIGATORIA

Pode-se notar que a condição (d) é igual à condição da regra de pronomes, o que expressa uma generalização significativa.

Esta regra dará conta de todos os casos comuns de reflexivização no primeiro ciclo em que o reflexivo for encontrado, já que o sujeito de uma sentença sempre preencherá as condições para ser interpretado como correferencial com um reflexivo no predicado. Já para as sentenças com 'picture-nouns', apontadas como problemáticas para a análise transformacional, teremos que considerar dois ciclos para a interpretação dos reflexivos. Jackendoff postula para esses nomes a estrutura dada por Chomsky (1967) para nominais derivados, isto é, um nominal como:

(30) Mary's picture of Bill.

terá a seguinte estrutura:



Esta estrutura assemelha-se à de uma S como "Mary saw Bill", com o N que domina 'picture' correspondendo ao V. Incluindo FNs que contêm nominais derivados como (31) no domínio do ciclo transformacional<sup>2</sup>, é que será possível explicar corretamente sentenças como (21), que é semelhante a:

(32) John showed Bill a picture of himself.

No primeiro ciclo, "a picture of himself", não há FN<sub>1</sub> para se marcar a correferência com o reflexivo. Já no segundo ciclo, tanto 'John' como 'Bill' podem ser esta FN<sub>1</sub>, o que explica a ambiguidade da sentença. Numa sentença como (22), entretanto, já existe uma FN<sub>1</sub> no primeiro ciclo:

(22) Tom told Dick Harry's story about himself.

Portanto, somente 'Harry' pode ser considerado correferencial com 'himself'. Isto explica a agramaticalidade da sentença (23), com 'Mary' no lugar de 'Harry': a sentença é agramatical por violar a concordância de gênero, já que só 'Mary' pode ser marcado como correferencial com 'himself'.

As outras sentenças com 'picture-nouns' apontadas por Jackendoff também podem ser explicadas pela nova regra de reflexivização, embora ainda apresentem alguns problemas para os quais é necessário buscar outras restrições. De qualquer forma, estas novas restrições apenas evidenciarão ainda mais que a reflexivização depende do componente semântico. A sentença mostrada em (24), por exemplo:

(24) The fact that there is a picture of himself hanging in the post office frightens Tom.

pode ser explicada do seguinte modo: no primeiro ciclo, "a picture of himself", não há outra FN para ser marcada; no segundo, "there is a picture of himself hanging in the post office", 'there' é uma FN vazia e não-referencial e 'post office' é excluída por uma condição que impede a pronominalização para trás de se aplicar com nomes não animados. No terceiro ciclo é que aparece 'Tom', que é marcado correferencial com 'himself'.

A condição que impede 'post office' de ser marcado como correferencial é motivada por outras sentenças como:

(33) The newspaper printed a story about itself.

(34) \*A story about itself appeared in the newspaper.

Esta restrição parece ocorrer somente com nomes não animados, já que temos:

(35) A portrait of himself hangs in the president's bedroom.

Jackendoff conclui seu artigo tentando explicar outras ocorrências de reflexivos através da teoria interpretativa. Como vimos, a teoria apresentada por ele postula regras de interpretação semântica que operam na estrutura derivada, dentro do ciclo transformacional, para marcar a referência dos pronomes simples e reflexivos.

Esta posição também é defendida por Dougherty (1969), que pretende mostrar que a escolha entre a hipótese transformacional (ou de 'apagamento' de FNs) e a hipótese interpretativa é claramente uma questão empírica, uma vez que as duas hipóteses são compatíveis com a mesma teoria linguística (a saber, a teoria da sintaxe desenvolvida em Chomsky, 1965) e tentam explicar os mesmos dados. Dougherty pretende apresentar fatos que se seguem naturalmente de uma teoria interpretativa de pronomes, isto é, que seriam normalmente esperados se os pronomes forem inseridos na DP e seus referentes fo-

rom determinados por uma regra interpretativa, e que não podem ser explicados pela teoria de inserção transformacional para os pronomes anafóricos. Estes fatos envolvem elementos como 'both' e 'each'.

Segundo Dougherty, não poderemos apresentar uma EP semanticamente correta para a sentença (36) dentro da análise transformacional:

(36) You can have an ice cream, a soda, or both.

Se a condição de identidade estrita for mantida, a análise transformacional atribuirá a (36) uma EP como (37) ou (38):

(37) You can have [an ice cream]<sub>FN<sub>2</sub></sub> or [a soda]<sub>FN<sub>3</sub></sub> or [an ice cream and a soda]<sub>FN<sub>4</sub></sub>.

(38) You can have [an ice cream]<sub>FN<sub>2</sub></sub> or [a soda]<sub>FN<sub>3</sub></sub> or [both [an ice cream and a soda]<sub>FN<sub>4</sub></sub>]<sub>FN<sub>5</sub></sub>

De qualquer forma, não poderemos substituir a FN<sub>4</sub> em (37) por 'both' nem apagá-la em (38) porque o nóculo FN<sub>4</sub> não é nem estruturalmente nem lexicamente idêntico a nenhum outro nóculo na sentença, uma vez que FN<sub>2</sub> e FN<sub>3</sub> são ligadas por 'or' e as FNs em FN<sub>4</sub> por 'and'. A análise transformacional teria que fazer ajustamentos 'ad hoc' para explicar essa sentença e outras com elementos como 'the first two', 'both of them', 'either' e pronomes no plural como 'their'. Todas elas, entretanto, são facilmente explicadas pela teoria interpretativa, que considera (36) como tendo apenas 'both' como FN<sub>4</sub> na EP, sendo que uma regra de interpretação determinaria sua referência.

Outros fatos apontados por Dougherty, que não podem ser naturalmente explicados pela hipótese transformacional referem-se à seguinte distribuição de dados; envolvendo a transformação passiva em sentenças com 'each':

(39) Each of Mary's sons hated his brothers.

(40) His brothers were hated by each of Mary's sons.

(41) His brothers hated each of Mary's sons.

(42) Each of Mary's sons was hated by his brothers.

Na interpretação recíproca destas sentenças, isto é, nas leituras em que 'his' se refere a um filho de 'Mary', (39) e (41) serão consideradas EPs pela hipótese interpretativa. (41) será bloqueada pela regra interpretativa de pronomes se a transformação passiva não se aplicar, formando (42), e se a passiva se aplicar a (39); (40) é que será bloqueada. Isto é, (40) e (41) serãoagramaticais se o pronome 'his' for considerado anafórico.

Pela hipótese de inserção transformacional, entretanto, (39) não pode ser gerada, pois não há uma EP correta para ela, já que (43) não corresponde semanticamente a (39):

(43) \* Each of Mary's sons hated each of Mary's sons' brothers.

Considerando que os pronomes são inseridos por uma transformação, esta hipótese terá que derivar sentenças boas de EPs mal formadas, como em:

(44)(a) Each of the men killed himself.

(b) \* Each of the men killed each of the men.

(44a) e (44b) seriam consideradas independentes pela teoria interpretativa, que determinaria a referência do reflexivo em (44a) por uma regra interpretativa, e julgaria a gramaticalidade das duas sentenças separadamente.

Depois de apresentar estes fatos como argumentos a favor da análise interpretativa de pronomes e reflexivos, Dougherty afirma que as regras interpretativas precisam utilizar informações que não estão na EP, isto é, dependem de certos aspectos da estrutura

derivada para a determinação da referência de certos elementos. Particularmente, ele pretende demonstrar que as regras interpretativas de referência precisam se aplicar depois de certas transformações opcionais, como passiva e posposição de quantificador, e que certas construções com elementos como 'respectively' e 'each' dependem de informação da estrutura derivada para sua interpretação.

Para provar a necessidade das regras interpretativas se aplicarem depois da transformação de passiva, Dougherty considera sentenças como (39) e (40) novamente. (39) tem uma leitura recíproca que (40) não tem, e como (40) é derivada de (39) pela transformação de passiva, as regras interpretativas devem se aplicar depois dela marcar 'his' como anafórico apenas em (39), uma vez que em (40) a sentença somente será bem formada com uma interpretação não-anafórica para 'his'. O mesmo acontece com muitas outras sentenças, como por exemplo:

(45) Each of the workers hated the others.

(46) The others were hated by each of the workers.

Novamente, a interpretação recíproca só existe em (45).

As construções com 'respectively' também devem ser interpretadas depois da transformação de passiva, como pode ser visto através de exemplos como:

(47) These men hit Mary and Sue respectively.

(48)\* Mary and Sue were hit by these men respectively.

ou:

(49)\* Their respective wives hit John and Bill

(50) John and Bill were hit by their respective wives.

Os seguintes dados são exemplo de que a atribuição da referência deve vir depois da transformação



opcional de posposição de quantificador:

(51) Each of the men thought he was the tallest.

(52) The men each thought he was the tallest.

(51) tem uma interpretação anafórica de 'he' que (52) não tem, embora nas duas 'he' possa ser interpretado não-anaforicamente. Se a regra interpretativa de pronomes se aplicar depois da transformação, não haverá problemas para explicar estes fatos.

Dougherty afirma ainda que a teoria interpretativa não abrange somente a referência pronominal, mas construções com elementos referenciais como 'respectively' e o quantificador 'each' também dependem de informação da estrutura derivada para determinar sua gramaticalidade. Os dois núdulos relacionados por 'respectively' devem estar na mesma sentença na ES, mas não é necessário que já o estivessem na EP. Uma sentença como:

(53) John and Bill wanted Mary and Sue to go to N.Y. and Chicago respectively.

não é sinônima de (54), mas sim de (55):

(54) John wanted Mary to go to N.Y. and Bill wanted Sue to go to Chicago.

(55) John and Bill wanted Mary to go to N.Y. and John and Bill wanted Sue to go to Chicago.

Mas uma sentença como:

(56) John and Bill wanted to go to N.Y. and Chicago respectively.

é sinônima de (57), e não de (58):

(57) John wanted John to go to N. Y. and Bill wanted Bill to go to Chicago.

(58) John and Bill wanted John to go to N.Y. and John and Bill wanted Bill to go to Chicago.

A diferença de interpretação entre (53) e (56) pode ser explicada se assumirmos que 'respectively' foi inserido na EP, mas é interpretado na derivação ou na ES, pois, embora as EPs das duas sentenças sejam bastante semelhantes, há em (56) a aplicação de uma regra

de apagamento de FN idêntica que causa a eliminação do limite da sentença e o aumento do escopo de 'respectively'. A estrutura de (53) seria mais ou menos:

(59) [(John and Bill)<sub>FN<sub>1</sub></sub> wanted [(Mary and Sue)<sub>FN<sub>2</sub></sub> go to N.Y. and Chicago respectively]<sub>S<sub>2</sub></sub>]<sub>S<sub>1</sub></sub>

em que o escopo de 'respectively' é a sentença encaixada S<sub>2</sub>, mesmo na ES.

Já a estrutura de (56), embora semelhante à de (53), vai sofrer modificações:

(60) [(John and Bill)<sub>FN<sub>1</sub></sub> wanted [(John and Bill)<sub>FN<sub>2</sub></sub> go to N.Y. and Chicago respectively]<sub>S<sub>2</sub></sub>]<sub>S<sub>1</sub></sub>

Havendo apagamento de FN<sub>2</sub> por identidade com FN<sub>1</sub> teremos uma estrutura derivada mais ou menos assim:

(61) [John and Bill wanted to go to N.Y. and Chicago respectively]<sub>S<sub>1</sub></sub>

em que o escopo de 'respectively' é toda a S<sub>1</sub>, já que o nóculo S<sub>2</sub> foi eliminado por uma transformação de apagamento de complementizador, depois do apagamento da FN idêntica.

Os seguintes fatos evidenciam que o quantificador 'each' deve ser interpretado na ES, segundo Dougherty:

Temos construções como:

- (62) (a) Each of them will spy on the others.  
 (b) They will each spy on the others.  
 (c) They will spy on each other.

Mas algumas sentenças não seguem esta norma:

(63) (a) Each of them looked better than the others.

(b) They each looked better than the others.

(c)\* They looked better than each other.

(64) (a)\* Each of the soldiers followed the others in line.

(b) \*The soldiers each followed the others in line.

(c) The soldiers followed each other in line.

Estes fatos serão explicados se a interpretação de 'each' ocorrer na ES, e não na EP. O mecanismo de interpretação de 'each' vai bloquear as sentenças más, embora todas elas tenham sido geradas e consideradas bem formadas sintaticamente.<sup>3</sup>

Baseado no fato de que a teoria de inserção transformacional não indica a relação correta entre o conjunto de sentenças que contém um pronome anafórico ( $\Sigma_A$ ) e o conjunto de sentenças que contém um pronome não-anafórico ( $\Sigma_N$ ), Dougherty afirma que esta hipótese não é apenas observacionalmente inadequada, mas também descritivamente inadequada. A hipótese transformacional trata como uma coincidência fortuita o fato de que, em inglês, se uma sentença com pronome anafórico é bem formada, ela terá necessariamente uma interpretação não-anafórica também, mas não vice-versa. Isto é,  $\Sigma_A$  é um subconjunto de  $\Sigma_N$ , e gerando as sentenças de cada conjunto por mecanismos derivacionais distintos e independentes, a hipótese transformacional não restringe suas possíveis formulações a este fato, que, no entanto, é predito pela análise interpretativa, seguindo-se naturalmente de alguns princípios simples e independentemente motivados. O mecanismo determinador da referência funcionará como uma espécie de filtro, marcando algumas sentenças em  $\Sigma_N$  como pertencendo também a  $\Sigma_A$ , desde que satisfaçam algumas condições definidas em  $\Sigma_N$ .

Tendo já mostrado que este mecanismo determinador da referência deve ocorrer depois de certas transformações como passiva e posposição de quantificador, Dougherty aponta algumas evidências de que ele não deve vir depois do componente transformacional, entretanto, mas dentro dele, já que deve se aplicar antes de algumas transformações como conjunção de sentenças, apaga-

mento do sujeito do imperativo e anteposição da frase preposicional. Deste modo poderão ser mais facilmente estabelecidos os ambientes para a interpretação anafórica dos pronomes, bem como poder-se-á manter a generalização de que um pronome deve concordar com seu antecedente em gênero e número.

A conclusão de Dougherty é, pois, como a de Jackendoff, de que os pronomes, tanto anafóricos como não-anafóricos, bem como elementos referenciais como 'both', 'respectively', etc, devem ser introduzidos na estrutura de base pelas regras de inserção lexical e interpretados por regras de interpretação semântica que operam dentro do componente transformacional.

A idéia de que há necessidade de informação fornecida pela estrutura derivada ou superficial para a interpretação semântica e de que, portanto, deve-se reformular a concepção de gramática da teoria standard como apresentada em Chomsky (1965), que postulava que toda a interpretação semântica era determinada pela EP, foi aceita pelo próprio Chomsky, à luz de certos fatos. Chomsky (1969) apresenta modificações na teoria standard no sentido de "possíveis contribuições da ES na delimitação do significado de uma expressão linguística." Chomsky afirma que, já que as estruturas pós-lexicais (ou profundas) contêm todos os itens lexicais e as configurações das relações e funções gramaticais, seria natural supor-se que a interpretação semântica é determinada pela EP, embora isto seja somente parcialmente correto. Entretanto, dada uma formulação alternativa à teoria standard, é preciso primeiramente verificar se elas realmente diferem em conseqüências empíricas, ou são somente variantes notacionais: muitas vezes acredita-se estar diante de teorias diferentes quando, na verdade, não há diferença empírica entre elas. Segundo Chomsky, ainda, uma boa parte da crítica e elaboração da teoria standard prende-se à noção de estrutura profunda e à relação da representação semân-

tica com a estrutura sintática, e é precisamente uma revisão desta relação que ele pretende examinar, já que aí surgem dificuldades sérias para a teoria standard, pois há casos em que a interpretação semântica parece mais relacionada à ES do que à EP.

A principal evidência apresentada a favor desta última afirmação baseia-se na determinação de noções como 'foco' e 'pressuposição' essencialmente em termos da ES: há fatos que somente podem ser explicados se o foco e a pressuposição forem determinados pelo centro de entoação da ES. Estes fatos envolvem as chamadas 'cleft-sentences', assim como sentenças com passiva, com anteposição de complementos e com certos formativos particulares, e constituem uma contra-evidência bastante forte para a teoria standard, que estipula que a interpretação semântica deve ser inteiramente determinada pela EP. Entretanto, a hipótese de que as relações gramaticais que entram na interpretação semântica são aquelas representadas na EP não é afetada. Pode-se continuar mantendo a suposição de que o significado de uma sentença é determinado pelos elementos de significação mínimos e pelas relações entre eles, sendo que estas relações são especificadas em parte pelo próprio léxico e em parte pela EP.

Entre outros fenômenos que mostram que muitos aspectos semânticos são mais facilmente explicados em termos da ES, e que não nos interessam diretamente aqui, Chomsky cita os processos anafóricos, referindo-se especificamente aos trabalhos de Jackendoff e de Dougherty, dos quais falamos atrás, e reproduzindo o argumento deste último, relacionado às sentenças (39)-(42) acima, que mostram que a interpretação do pronome deve ocorrer depois da transformação passiva.

Finalmente, Chomsky conclui que a teoria standard é incorreta, devendo ser modificada para permitir regras de interpretação que fazem uso de informação não representada na EP, pois há fenômenos que são determina

dos, pelo menos em parte, pelas propriedades de estruturas derivadas ou da própria ES. Estas considerações, entretanto, podem não afetar a hipótese mais fraca de que as relações gramaticais representadas na EP são as que determinam a interpretação semântica.

Esta revisão da teoria standard, com seu conseqüente enfraquecimento, abriu novas possibilidades de análise dentro da própria gramática gerativa transformacional. A hipótese interpretativa dos pronomes anafóricos, que expusemos nesta seção, é apenas parte de uma proposta teórica mais geral, que admite a contribuição da ES para a interpretação semântica e postula maior poder para o componente semântico da gramática, com a conseqüente diminuição do poder das transformações. Na próxima seção examinaremos uma proposta de se colocar toda a determinação da correferência dentro do componente semântico, feita por Jackendoff (1972).<sup>4</sup>

#### 2.4. O sistema de correferência

Jackendoff (1972) retoma a análise apresentada em seu artigo de 1967, reunindo suas conclusões deste último trabalho às de outros de sua autoria num só volume, formulando uma teoria mais geral e coerente e revendo partes dos trabalhos anteriores que sofreram críticas e mostraram-se empiricamente inadequadas. Segundo ele, os fenômenos semânticos dividem-se em grupos independentes, para os quais são necessárias análises diferentes. Elementos como correferência, foco e pressuposição, e escopo de negação e quantificadores são aspectos da representação semântica que devem ser considerados independentes da estrutura funcional das sentenças. Isto é, embora a determinação das relações de correferência dependa da estrutura sintática, a noção semântica: "a  $FN_1$  é (não)correferencial com a  $FN_2$ " não tem nada a ver com a estrutura funcional das sen-

tenças, isto é, não é uma noção que possa ser representada por árvores ou por uma forma funcional. Além disso, a correferência é uma propriedade exclusivamente semântica que não pode ser usada por transformações, ou melhor, nenhuma transformação pode usar a correferência como um critério de aplicação. Esta última afirmação baseia-se no fato de que as transformações em geral não fazem uso da correferência, e se a pronominalização e a reflexivização dependerem das relações de correferência, estarão dando ao componente transformacional um poder maior do que ele geralmente tem. Como Jackendoff quer reduzir o poder das transformações, ele construirá uma teoria de gramática em que nenhuma transformação pode usar a correferência como um critério de aplicação. Sua teoria aumentará o poder da base e do componente semântico, e limitará a ação das transformações sobre os itens lexicais à adição de afixos (como de número, pessoa, gênero, caso, etc.).

Num capítulo dedicado aos "Pronomes e Reflexivos", Jackendoff discute os problemas relacionados às regras de interpretação dos pronomes e reflexivos. Estes são introduzidos pela regra de inserção lexical com o traço [+ pro] para depois serem interpretados como correferentes ou não com as outras FNs da sentença. Ele mostra que as regras de pronominalização e reflexivização podem ser reunidas numa só e propõe um mecanismo especial para expressar as relações de correferência (em vez dos índices referenciais sugeridos em Chomsky (1965)): uma 'tabela de correferência' (table of coreference) independente da estrutura funcional. Cada entrada na tabela será um par de FNs para o qual será atribuída a relação 'correferencial' ou 'não-correferencial'.

No capítulo seguinte, "Correferência e Sistema de Complementos", Jackendoff aponta que as transformações que requerem identidade de referência em sua descrição estrutural são incompatíveis com a teoria in

interpretativa de correferência proposta por ele. Por isso, esta teoria deve procurar explicar de outra forma os fatos que a teoria transformacional 'tradicional' explica pela regra de apagamento do sujeito do complemento (ou Equi-NP deletion). A regra do sujeito do complemento também deve ser interpretativa, segundo ele, e pode ser formulada como uma regra que marcará a correferência entre um nóduo vazio (que pode ser simbolizado por um  $\Delta$ ) sujeito de uma oração complemento e uma FN da oração principal. Jackendoff procura mostrar que as regras de pronominalização, reflexivização e interpretação do sujeito do complemento podem ser reunidas, captando uma similaridade substancial nas suas condições de aplicação. Esta regra reunida é uma tentativa de manter a determinação da correferência essencialmente dentro do componente semântico, deixando o componente sintático (e as transformações) independente dele.

Depois de mostrar que as regras de pronominalização, reflexivização e sujeito de complemento são cíclicas e se aplicam no fim de cada ciclo transformacional, Jackendoff as reúne numa só regra semântica de interpretação de correferência, unindo aquilo que elas compartilham e especificando as restrições de cada uma. Como já foi dito, os pronomes e reflexivos são gerados na base como itens lexicais, marcados com o traço [+ pro]. Os reflexivos terão o traço adicional [+ refl]. O traço [- lexical] indica um nóduo vazio, fonologicamente nulo, mas que pode ser interpretado semanticamente (e que pode ser simbolizado por  $\Delta$ ).

Na regra formulada por Jackendoff (ver página seguinte),

(A) expressa as condições comuns à pronominalização, reflexivização e sujeito de complemento,

(B) expressa as condições comuns à reflexivização e sujeito de complemento, sendo que

b.(1) expressa a condição específica para a reflexivização, e



b.(2) expressa a condição específica para sujeito de complemento,

(c) expressa as condições para a pronominalização.

A regra tem a seguinte forma:

(65) Regra de Pronominalização - Reflexivização -  
Sujeito de Complemento

Entrada na tabela:

$FN_1 \propto \text{corref} \left[ \begin{array}{l} FN_2 \\ + \text{ pro.} \end{array} \right] \text{ se}$

- (A) a.  $FN_2$  não precede e não comanda  $FN_1$ , ao mesmo tempo;  
b. se  $FN_1$  é inanimada,  $FN_2$  segue  $FN_1$ ;  
c. restrições para FNs antepostas;  
d. se  $FN_1$  é indefinida,  $FN_2$  segue  $FN_1$ .

(restrição de Postal)

e ou

- (B) a.  $FN_2$  não aparece no lado direito da tabela;  
b. ou  
(1)  $FN_2$  é [ $\propto$  refl] e é dominada por  $\bar{N}$  ou FV;  
ou  
(2)  $FN_2$  é [-  $\propto$  lexical] e sujeito de um complemento;  
c.  $FN_1$  está na sentença principal relativa ao ciclo atual;  
d. se  $FN_1$  precede  $FN_2$ , a regra é OBRIGATÓRIA.

ou

(C) ou

a.  $FN_2$  é  $\left[ \begin{array}{l} - \text{ refl} \\ + \text{ lexical} \end{array} \right]$

ou

b.  $FN_2$  aparece no lado direito da tabela.

Jackendoff observa que as regras de sujeito de complemento e reflexivização são idênticas, exceto quanto à natureza da  $FN_2$  e sua posição na sentença. Elas podem ser consideradas complementares num certo

sentido, já que a de sujeito de complemento se aplica a sujeitos e a de reflexivização a objetos.

Revendo cada condição da regra, lembramos que a condição (A.a) já havia sido postulada por Jackendoff (1967), mantendo as condições para pronominalização de Ross e Langacker para a teoria transformacional (ver seção 2.3). Esta condição se aplica também à regra de interpretação do sujeito do complemento.

Nas sentenças:

(66) Max tried to sock Harry.

(67) Socking Harry disturbs Max.

a condição foi respeitada. Em (66) a  $FN_2$ , que é o sujeito do complemento, não precede a  $FN_1$  (Max). Em (67)  $FN_2$  precede  $FN_1$  mas não a comanda, isto é, está numa sentença subordinada que não domina também  $FN_1$ .

A condição (A.b) vai impedir sentenças como (34), citada na seção 2.3:

(34)\* A story about itself appeared in the newspaper.

cuja restrição se deve ao traço [- Animado] em  $FN_1$ .

As restrições de (A.c) referem-se a uma assimetria entre as posições de sujeito e objeto existente para pronomes cujos antecedentes tenham sido antepostos, como em:

(68) It was John who bit his dog.

(69) \*It was John who his dog bit.

O mesmo ocorre com o sujeito do complemento:

(70) It was John who liked socking Harry.

(71)\* It was John who socking Harry amused.

Nos dois casos, as sentenças só são boas se os antecedentes movidos estavam na posição de sujeito, e não de objeto.

A condição (A.d) foi apontada por Postal (1970), que mostra que uma  $FN$  não pode ser correferente com um sujeito de complemento à esquerda, fato para lelo à pronominalização, em que pronomes anafóricos à

esquerda não podem ser correferentes com FNs indefinidas:

(72)\* Finding out Greta was a vampire worried somebody.

(73)\* The man who lost it<sub>i</sub> needs to find some thing<sub>i</sub>.

As condições (B) são comuns à reflexivização e ao sujeito do complemento. Ambas são obrigatórias quando a FN<sub>2</sub> está à direita e em ambas a FN<sub>1</sub> deve estar na sentença principal relativa ao ciclo. A condição (B.a) deve-se ao fato da regra de sujeito de complemento ter o mesmo caráter cíclico da reflexivização, o que faz com que ela não possa se aplicar duas vezes à mesma FN. (B.b) especifica a diferença entre as duas regras. <sup>5</sup>

As condições (C) fazem com que a pronominalização se aplique aos pronomes não reflexivos ou a reflexivos que já foram submetidos à reflexivização, como em:

(74) John saw his picture of himself.

Como a condição (B.a) combinada com (B.c) obriga a marcar a correferencialidade com a primeira e somente a primeira FN encontrada numa relação estrutural adequada, a reflexivização não pode se aplicar a 'John' e 'himself' no segundo ciclo. Mas a pronominalização pode, e as três FNs serão marcadas como correferenciais porque os reflexivos têm também o traço [+ pro] além de [+ refl].

Resumindo, o sistema de correferência deve funcionar do seguinte modo: a regra de correferência (65) se aplica no fim de cada ciclo transformacional, entre pares de FNs. Depois do último ciclo, uma regra de não-correferencialidade (como a citada em 2.3) marcará como não-correferenciais todos os pares de FNs da sentença que não foram relacionados anteriormente. O output da tabela está sujeito a condições de boa formação, como por exemplo as condições de concordância (pa

ra que as FNs descrevam de fato o mesmo indivíduo), a condição de que os reflexivos têm que ter antecedentes, etc.

No capítulo seguinte tentaremos examinar como esta regra de correferência pode dar conta de sentenças em português com FNs compostas, e que envolvem problemas como antecedentes separados, infinito flexionado, etc.

## NOTAS

1. A respeito da inclusão de orações relativas na estrutura interna de FNs, têm surgido ultimamente sérias dúvidas apontadas por vários autores, já que "a análise da oração relativa como um subconstituente interno da FN que ela restringe leva a alguns absurdos e contradições". (Bierwisch 1971).

2. Há evidência para tratar esse tipo de estruturas como uma S, podendo-se incluí-las no domínio de certas transformações, como passiva, e fazer certas generalizações importantes e desejáveis, segundo Chomsky (1967).

3. Quanto a esta afirmação de Dougherty, embora neste capítulo estejamos apenas reproduzindo os argumentos de cada autor, gostaríamos de fazer uma observação. Esse tipo de anomalia semântica, introduzido pela violação das regras interpretativas, parece-nos bem diferente de outras anomalias semânticas (como a de "green ideas"), resultantes da violação de restrições de seleção. No entanto, Dougherty parece equipará-las, ao dizer que as sentenças são consideradas más pelo mecanismo interpretativo, embora bem formadas sintaticamente. A marcação de uma sentença como agramatical, neste modelo, traz novos problemas para a estrutura geral da gramática, que deverá explicitar melhor este novo tipo de anomalia.

4. Esta controvérsia entre as hipóteses 'transformacional' e 'interpretativa', entretanto, suscita algumas questões de interesse teórico geral. Além da necessidade de uma maior explicitação do problema da contribuição da ES para a interpretação semântica, e das modificações que este novo modelo de análise deve trazer na formulação da gramática (ver, por exemplo, a nota 3), a afirmação de que as regras de interpretação semântica devem se aplicar dentro do componente

transformacional, operando antes ou depois de determinadas transformações, que são regras sintáticas, precisa ser aclarada. Esta aparente interação dos componentes transformacional e semântico deve ser justificada por argumentos mais decisivos, se é que ela realmente existe. O fato de que algumas regras de interpretação semântica necessitem de informação da estrutura derivada ou superficial para se aplicarem não significa que elas devam se aplicar 'dentro' do componente transformacional. O componente semântico pode se conservar independente do sintático, embora utilize as informações deste último para a interpretação semântica das sentenças. O que queremos dizer aqui é que afirmações como esta devem ser melhor justificadas, antes que se formulem conclusões apressadas sobre modificações a serem feitas na estrutura geral da gramática.

5. As condições (B.c) e (B.d) podem ser exemplificadas em português por sentenças como:

(i) João disse que Maria espera poder sair cedo.

em que o sujeito do complemento é marcado obrigatoriamente como correferente com Maria, que o precede e está na oração principal relativa ao ciclo. O mesmo acontece com a reflexivização, em sentenças como:

(ii) João disse que Maria mostrou-lhe um retrato de si.

## CAPÍTULO 3

### A DETERMINAÇÃO DE ANTECEDENTES SEPARADOS

#### 3.1. A interpretação de sentenças com plural

Os casos discutidos no capítulo anterior, em especial na seção 2.4, são insuficientes, não só para testar as duas hipóteses formuladas para a explicação dos fenômenos da pronominalização e da correferência, como para explicitar melhor como estas regras agem dentro da gramática, em contato com outros problemas relacionados à interpretação semântica das sentenças.

Jackendoff (1972) concentra-se na explicação dos pronomes definidos singulares, que são "os casos mais simples e melhor entendidos", limitando-se a dizer que, no caso das FNs no plural, deve ser feita uma especificação adicional para explicar a diferença entre a correferência de conjuntos e a correferência in indivíduo-por-indivíduo, como por exemplo, a diferença entre 'themselves' e 'each other' em sentenças como:

(75) John and Bill told me stories about  
{ themselves }  
{ each other }

Dougherty (1969) dá vários exemplos de elementos anafóricos que se referem a duas FNs, mostrando as dificuldades em explicá-las dentro da teoria transformacional (ver seção 2.3), inclusive de FNs que não formam juntas uma FN coordenada. Casos como o da sentença:

(76) Mary told Bill that helping themselves could be difficult.

são tidos como evidência de que plurais como 'themselves' devem ser derivados transformacionalmente de FNs coordenadas (neste caso, 'herself' e 'himself'). Mas Anderson (1970) aponta pontos duvidosos para esta aná

lise, usando sentenças com 'respectivamente' e antecedentes separados. A interpretação, tanto do pronome como do sujeito do complemento em sentenças como (76), está sujeita a algumas condições e restrições que devem ser examinadas mais detalhadamente.

Tentaremos neste capítulo examinar como a regra de correferência proposta por Jackendoff (1972) se comporta em relação a sentenças do português, especialmente sentenças no plural, aproveitando algumas indicações encontradas em Anderson (1970), para verificar se a proposta de Jackendoff pode explicar algumas restrições apontadas por Anderson, ou se são necessários mecanismos adicionais ou mesmo alternativos para esta explicação.

Parece-nos que o abandono de índices referenciais, como quer Jackendoff, nem sempre será possível, já que a interpretação da correferência de conjuntos ordenados necessitará destes índices. Da mesma forma, será necessário explicitar melhor a noção de 'interpretação de correferência' de Jackendoff, pois, como ele mesmo diz, as FNs marcadas como correferentes devem de fato ser capazes de descrever o mesmo indivíduo.<sup>1</sup>

Para uma explicação mais completa dos problemas da anáfora e da correferência, outras noções deverão ainda ser empregadas, interagindo com a regra de correferência, e nessa interação podem surgir problemas, que tentaremos examinar nas seções seguintes. Primeiramente veremos o problema da interpretação do pronome plural 'reunido', para depois examinarmos algumas sentenças que apresentam problemas para a interpretação do sujeito da sentença complemento. Tentaremos mostrar que há insuficiências nas análises anteriormente propostas, que devem ser reformuladas para incorporar algumas restrições e noções importantes para uma explicação mais completa dos fatos.



### 3.2. A interpretação do pronome 'reunido'

O trabalho de Anderson (1970) a que nos referimos atrás limita-se a duas observações sobre sentenças com antecedentes separados, observações estas que pretendem mostrar que a interpretação dos pronomes depende da ordem superficial das FNs na sentença. A primeira observação prende-se à interpretação do pronome 'reunido' em sentenças com 'respectivamente'. Um pronome reunido, segundo ele, é resultado de uma regra que, em inglês, transforma seqüências de pronomes no singular numa única forma plural, como (77) em (78):

(77) I was just asking Jones about Mrs. Jones, and he told me that he and she are going to Lichtenstein.

(78) I was just asking Jones about Mrs. Jones, and he told me that they are going to Lichtenstein.

Anderson afirma que, quando a sentença contém 'respectivamente', o pronome 'reunido' deve ser interpretado como idêntico a uma FN composta precedente, na referência e também na ordem das FNs que compõem essa FN precedente. Isto é, numa sentença como:

(79) I was just talking to Jones and his wife, and they are vacationing in Fairbanks and Pago-Pago, respectively.

o pronome 'they' só pode ser interpretado como a seqüência 'he and she', de acordo com as FNs precedentes, e nunca como 'she and he'. E mesmo que as FNs não ocorram juntas, é sua ordem na ES que determina a interpretação do pronome plural, como em:

(80) Jones is getting quite paranoid with fear that his wife is seeing another man - they ought to see a psychiatrist and a divorce lawyer, respectively.

Anderson então conclui que, já que, aparentemente, a ordem superficial das FNs é que determina a

interpretação do pronome reunido, esta interpretação deve se dar num ponto tardio da gramática, se 'respectivamente' estiver presente.

Temos várias observações a fazer sobre os fatos apresentados por Anderson, que parecem ser semelhantes aos do português, à primeira vista. Primeiramente, não ficou claro o que Anderson entende por "interpretação do pronome reunido" e até que ponto ele está adotando a teoria interpretativa. Segundo esta hipótese, o pronome reunido não precisa, como ele diz, ser resultado de uma transformação, mas já pode ser inserido na base como um pronome plural. Neste caso é que faz sentido falar de sua interpretação, pois do contrário, pela teoria transformacional, a ordem das FNs na EP é que será relevante para a interpretação semântica da sentença, antes da aplicação da transformação.

A interpretação do pronome reunido, dentro da hipótese interpretativa, pode ser feita através de uma regra de correferência como a de Jackendoff (1972), apresentada na seção 2.4. Ela marcará o pronome como correferencial às FNs precedentes em (78) e (79), mas não dirá nada quanto à ordenação destas FNs. Portanto, a simples especificação de correferência de conjuntos sugerida por Jackendoff não basta para a interpretação de uma sentença como (79), com 'respectivamente'.

É necessário aqui um mecanismo mais explícito, com uma noção mais poderosa, como a de 'par ordenado'. Combinada com o tratamento sugerido por Bierwisch (1971) para as FNs, em que elas são argumentos numa representação semântica<sup>2</sup>, esta noção poderá dar conta do problema de ordenação nas sentenças com 'respectivamente' repetindo os índices das FNs precedentes na ordem requerida, quando da interpretação do pronome. A regra então dirá não apenas que 'they' é correferencial com 'Jones' e 'his wife' em (79), mas que 'they' deve ser interpretado como um par ordenado de índices referenciais  $\langle 1,2 \rangle$ , por exemplo, correferenciais a

'Jones<sub>1</sub>' e 'his wife<sub>2</sub>'.

A sentença (80) apresenta um novo problema, pois pode ter mais de uma interpretação, assim como a sentença (81) em português, que é paralela a (80):

(81) Jones está ficando louco com a idéia de que sua mulher esteja se encontrando com outro homem - eles deveriam consultar um psiquiatra e um advogado, respectivamente.

As relações semânticas em (81) (como em (80)) restringem o domínio de interpretação e sugerem que a interpretação de 'eles' é 'Jones e sua mulher' (nesta ordem), mas na realidade a frase é ambígua, pois há uma terceira FN, 'outro homem', que pode também ser marcada como correferente com o pronome 'eles'. Podemos dar um exemplo em que esta ambigüidade é mais evidente, como em:

(82) João gostou de saber que Pedro está se dando bem com Celso agora; eles conversaram bastante ontem no clube antes de irem para o escritório e para o treino, respectivamente.

'Eles' nesta sentença pode ser interpretado como 'João e Pedro' ou como 'Pedro e Celso'. A interpretação 'João e Celso' parece não existir. A interpretação do pronome 'eles' então deverá apontar esta ambigüidade. Podemos fazer com que haja dois pares ordenados  $\langle 1,2 \rangle$  e  $\langle 2,3 \rangle$ , por exemplo, correferenciais a 'João<sub>1</sub>', 'Pedro<sub>2</sub>' e 'Celso<sub>3</sub>'. Ficamos com o problema de explicar porque não é possível a existência do par  $\langle 1,3 \rangle$  para a interpretação do pronome 'eles'. Uma primeira explicação que nos ocorre para este fato é a de que as FNs precisam ser sucessivas, isto é, não é possível que ocorra outra FN com condições de ser marcada como correferente<sup>3</sup> no meio das duas que foram marcadas. Isto é, não havendo a possibilidade de se 'saltar' uma FN para a interpretação do pronome, a regra marcaria sempre FNs com índices sucessivos. Entretanto, numa sentença como:

(83) O fato de que Pedro esteja se dando bem com Celso agora deixou João bastante contente; eles conversaram bastante ontem no clube antes de irem para o escritório e para o treino, respectivamente.

as interpretações possíveis para o pronome 'eles' são 'Pedro e Celso' ou 'Pedro e João', e neste último caso a FN 'Celso', que também tem condições de ser marcada como correferente, ocorre entre as duas FNs relevantes para a interpretação.

Temos então os seguintes fatos: as interpretações possíveis do pronome reunido das sentenças (81) e (82) são:

- (a)  $\langle FN_1 \text{ e } FN_2 \rangle$   
ou  $\langle FN_2 \text{ e } FN_3 \rangle$

E na sentença (83) as interpretações possíveis são:

- (b)  $\langle FN_1 \text{ e } FN_2 \rangle$   
ou  $\langle FN_1 \text{ e } FN_3 \rangle$

(os índices referem-se apenas à ordem das FNs na sentença)

Nos dois casos, uma interpretação é excluída: num caso, uma delas, e no outro, uma diferente. Gostaríamos de que uma regra única pudesse explicar isto, generalizando os dois casos. Para tentar formular esta regra, vejamos as estruturas correspondentes às sentenças acima. A primeira sentença coordenada em (82) tem aproximadamente a seguinte estrutura:

(84) [João<sub>1</sub> gostou [João<sub>2</sub> saber [Pedro<sub>2</sub> se dar  
bem com Celso<sub>3</sub> agora]<sub>S<sub>3</sub></sub> ]<sub>S<sub>2</sub></sub> ]<sub>S<sub>1</sub></sub>

↓  
∅

que é seguida da segunda sentença coordenada: "eles conversaram bastante ontem no clube antes de irem para o escritório e para o treino, respectivamente". Nesta sentença, as interpretações possíveis do pronome reunido 'eles' concernem ou às duas FNs da última oração

encaixada ( $S_3$ ) ou à FN da oração principal ( $S_1$ ) mais a primeira da oração encaixada ( $S_3$ ).

Já a primeira sentença coordenada em (83) pode ter a seguinte estrutura (destacando apenas os pontos relevantes aqui):

(85) [O fato de [Pedro<sub>1</sub> se dar bem com Celso<sub>2</sub> agora]<sub>S<sub>2</sub></sub> deixou João<sub>3</sub> bastante contente]<sub>S<sub>1</sub></sub>

A descrição dos fatos é a mesma que em (84): as interpretações possíveis do pronome reunido na sentença coordenada seguinte concernem ou às duas FNs da oração encaixada ( $S_2$ ) ou à FN da oração principal mais a primeira FN da oração encaixada. Portanto, podemos fazer uma generalização a respeito da interpretação das sentenças acima, no sentido de incorporar esta restrição na regra de interpretação do pronome reunido. Esta regra poderia ter mais ou menos a seguinte forma:

(86) A interpretação de um pronome 'reunido' seguido de 'respectivamente' é um par ordenado de FNs com índices referenciais  $\langle i, j \rangle$  em que:

a) a FN com índice  $i$  antecede a FN com índice  $j$  na ES;

b) ou 1. FN <sub>$i$</sub>  e FN <sub>$j$</sub>  estão na mesma S  
ou 2. quando estão em Ss diferentes, e uma delas é subordinada à outra, a primeira FN da S subordinada é que será marcada como correferencial, juntamente com a FN da S principal.

A condição (a) é igual à de Anderson, pois de qualquer forma a ordem superficial deve ser respeitada, nas construções com 'respectivamente', para a interpretação dos pronomes, já que não é possível inverter nenhuma das combinações de FNs apresentadas acima. A condição (b) mostrou-se necessária por nossas considerações anteriores. A formulação de (b.2) parece-nos deficiente, quanto a esta 'primeira' FN da sentença subordinada. O que está envolvido aqui é provavelmente uma questão de foco. A primeira FN é sempre escolhida por

estar mais evidenciada na sentença. Isto pode ser comprovado se na sentença subordinada aplicarmos alguma transformação que mude a ordem das FNs, como por exemplo a passiva, 'cleft-sentence', etc, para colocar uma delas em foco. A FN que aparecer em primeiro lugar na sentença é que será escolhida para a interpretação do pronome seguinte, mas talvez pudéssemos especificar melhor o motivo desta escolha.

Já a escolha entre (b.1) e (b.2) pode ser determinada pelo contexto, por conhecimentos extra-lingüísticos ou pela entoação. As restrições de seleção dos outros itens lexicais da sentença podem eliminar certas leituras, como já apontamos, fazendo com que determinada FN deixe de ser uma possível correferente. Quando isto não acontece, conhecimentos extra-lingüísticos podem contribuir para privilegiar uma das interpretações (em (82) e (83), por exemplo, o ouvinte pode saber quem trabalha em um escritório e quem costuma treinar). A questão da entoação é muito complexa, envolvendo noções como as de foco e pressuposição, sobre as quais preferimos não falar aqui, embora elas possam ser bastante relevantes para o problema. Gostaríamos apenas de apontar que a interpretação da correferência não pode ser tão simples como Jackendoff sugere, pelo menos para os pronomes plurais, já que envolve noções como as de conjunto ordenado e o uso de mecanismos adicionais como o das variáveis indexadas e categorizadas, por exemplo, além de existirem restrições como as mostradas acima e que procuramos formular em (86). As sugestões que apresentamos são apenas possíveis soluções para alguns problemas que surgiram e que devem ser melhor examinados à luz de uma teoria mais geral. Na seção seguinte, procuraremos examinar alguns problemas que surgem em relação à interpretação do sujeito do complemento e que poderão ser solucionados pelos mecanismos apontados nesta seção.

De qualquer forma, se é verdade que a inter-

pretação da correferência está totalmente no componente semântico, como quer Jackendoff, ela não poderá, entretanto, prescindir de noções como índices referenciais e categorias gramaticais, que serão necessárias quando da aplicação da regra de correferência em sentenças como as apresentadas nesta seção. É verdade que Jackendoff admite que as "relações de correferência dependem da estrutura sintática" (ver seção 2.4), mas não explica no que consiste esta dependência.

### 3.3. A interpretação do sujeito da sentença complemento

A segunda observação de Anderson (1970) refere-se a FNs sujeitos de complementos que sofreram apagamento (Equi-NP deletion) e que podem também, se plurais, ter seu antecedente dividido, como em:

(87) I talked to Jones about writing a joint paper on how prepositions are really higher sentences.

Segundo Jackendoff, este problema deve ser tratado do mesmo modo que o dos pronomes, pois o problema da determinação do sujeito do complemento pode ser explicado pela mesma regra de interpretação de correferência dos pronomes e reflexivos.

Novamente aqui, vamos primeiramente reproduzir o que Anderson diz, para depois fazer nossas observações a respeito. Segundo ele, os antecedentes não precisam anteceder a sentença que sofreu o apagamento do sujeito, mas se uma parte do antecedente precede e a outra segue a oração afetada, a sentença é muito menos aceitável:

(88) As far as writing a joint paper on how prepositions are really higher sentences is concerned, Jones told me he wasn't interested.

mas:

(39) ??Jones asked about writing a joint paper on how prepositions are really higher sentences

when I came in.

Segundo Anderson ainda, a referência total do sujeito (presumivelmente) apagado não precisa nem a parecer na sentença.

Em:

(90) John talked with Mary about getting married.

o casamento mencionado é entre John e Mary, mas em:

(91) John talked with { his mother  
an old girlfriend  
the pastor }

about getting married.

o casamento é entre John e uma terceira pessoa. <sup>4</sup>

A condição de que as duas partes do antecedente estejam do mesmo lado, isto é, ambas precedam ou sigam a sentença que sofreu o apagamento se mantém, pois embora (92) seja similar a (90):

(92) John talked about getting married with Mary.

o casamento é entre John e outra, ou Mary e outro, não entre John e Mary. <sup>5</sup>

Anderson aponta que essa condição não é simplesmente uma condição sobre a localização relativa dos antecedentes divididos para a aplicação do apagamento do sujeito, mas parece ser uma condição sobre os possíveis participantes numa ação, referidos abertamente ou não:

(93) John talked with the pastor of St. Eulalia's about getting married.

(94) John talked about getting married with the pastor of St. Eulalia's.

Em (93) o pastor é convidado para celebrar o casamento, ou ao menos espera-se isto. Já em (94) possivelmente não, John pode estar apenas pedindo conselhos. E o 'pastor' não é parte do sujeito, mas um pos-



sível participante da ação (do casamento). <sup>6</sup> Anderson conclui dizendo "que levanta-se a questão da utilidade de se mencionar abertamente todos os participantes, e depois apagar obrigatoriamente tais menções".

Estas observações de Anderson apenas sugerem certos problemas que uma análise de correferência leve examinar e tentar explicar. Em português há certos fatos que nos permitem estender e explicitar melhor estas observações. Em primeiro lugar, o infinito flexionado desfaz certas ambigüidades do inglês. Mais adiante veremos com detalhes o tratamento que as sentenças de Anderson devem receber ao serem traduzidas para o português, com o infinito flexionado. Em segundo lugar, se o problema for tratado pela hipótese transformacional (e não pela regra de interpretação semântica do sujeito do complemento), a transformação envolvida nessas sentenças é provavelmente a eliminação do pronome sujeito, bastante comum em português, graças à flexão verbal, e não o apagamento do sujeito do complemento (ou Equi-NP deletion). O sujeito eliminado não precisa ser correferente com os antecedentes, como em:

(95) João pediu para irmos juntos.

O sujeito do complemento tanto pode ser 'eu e João' como 'eu e outra pessoa'. Neste caso, não há necessidade da existência de um antecedente idêntico para o apagamento. A transformação envolvida é simplesmente a eliminação do pronome sujeito.

Deste modo, em português não vão existir restrições quanto à posição dos antecedentes, como em inglês. As três sentenças seguintes são igualmente aceitáveis:

(96) Falei com João sobre escrevermos juntos um artigo sobre B.B.

(97) Quanto a escrevermos juntos um artigo sobre B.B., João me disse que não estava interessado.

(98) João falou sobre escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando eu estava.

Entretanto, (99) parece diferente de (98), quanto à interpretação do sujeito do complemento:

(99) Falei sobre escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando João chegou.

Ou melhor, o sujeito de 'escrevermos' parece se referir mais a 'eu e outra pessoa' do que a 'eu e João'. Isto é, o sujeito 'nós' de (98) e (99) é, numa das interpretações possíveis, a reunião de 'eu e ele' (ou deve ser interpretado como tal). Pela regra de correferência de Jackendoff (apresentada em 2.4), em (98) este sujeito de 'escrevermos' (que é um sujeito de complemento) pode ser marcado como correferente com a FN 'João', já que esta precede o sujeito do complemento, mas não poderia deixar de ser correferente (pela condição (B.d)). Entretanto, a leitura 'eu e outra pessoa escrevermos' parece perfeitamente possível em (98).<sup>7</sup> Portanto, pelo menos com complementos de verbos do tipo de 'falar', a condição (B.d) não pode se manter em português, isto é, a correferência não pode ser obrigatória quando "FN<sub>1</sub> precede FN<sub>2</sub>".

Em (99), para o sujeito de 'escrevermos' ser marcado correferencial com 'João' seria preciso admitir a aplicação da regra para a esquerda. (99) tem uma estrutura mais ou menos como:

(100) [Eu falei sobre [ $\Delta$  escrevermos juntos um artigo sobre B.B.]]<sub>S<sub>2</sub></sub> [quando João chegou]<sub>S<sub>3</sub></sub> ]<sub>S<sub>1</sub></sub>

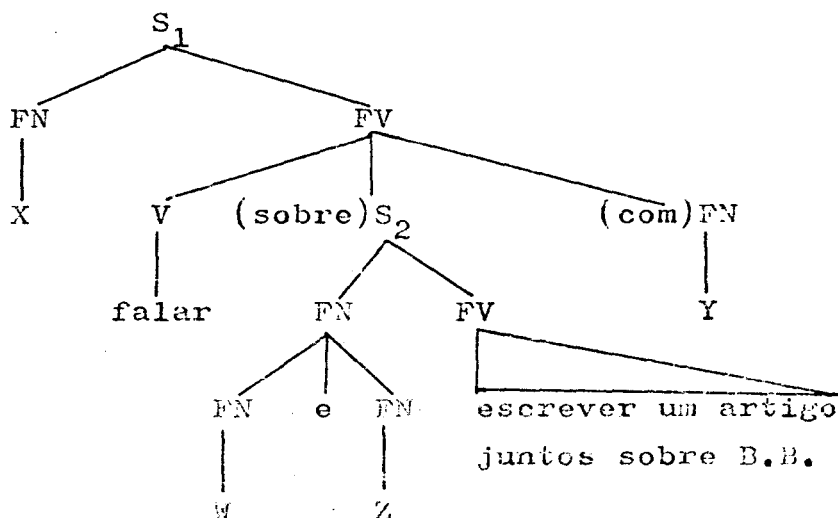
Se  $\Delta$  (FN<sub>2</sub>) for marcada correferencial com 'João' (FN<sub>1</sub>) estaremos violando a condição (A.a), pois FN<sub>2</sub> precede e comanda FN<sub>1</sub> (ver seção 2.1 - noção de comando, e 2.4 - a condição A.a da regra (65)).

Até aqui, poderíamos chegar à conclusão de que a regra de Jackendoff não se aplica a estas sentenças do português, pelo menos não tal qual está formulada. E como ela incorpora as restrições da teoria transformacional (ver as restrições de Ross e Langacker na seção 2.1), esta também não daria conta destas senten-

ças. Ambas, pelo menos numa primeira análise, poderão ser consideradas insuficientes para explicar a interpretação semântica destas sentenças, tanto se considerarmos que havia um pronome que foi eliminado por uma transformação, ou um nóduo vazio ( $\Delta$ ) a ser interpretado. Entretanto, nossa análise foi superficial e esta conclusão deve ser considerada apressada. Vamos tentar sugerir uma explicação para estes fatos (isto é, a aparente violação das condições citadas) fazendo uso de noções semânticas, como a de conjunto de variáveis e a de variáveis categorizadas (introduzidas na seção 3.2), que são necessárias para uma explicação mais completa da interpretação destas sentenças.

Voltando à estrutura (100), vemos que ela não faz referência à pessoa com quem se fala, sendo ambígua também a este respeito: pode ser 'João' ou ainda outra pessoa. E é justamente esta pessoa que poderá ser marcada como correferente ao 'ele' que está incluído em 'nós escrevermos'. Explicando melhor, as sentenças apresentadas acima ((96), (98), e (99)), têm uma EP parcial mais ou menos como (101), em que as FNs são representadas por variáveis, que serão substituídas por uma leitura apropriada quando da interpretação semântica das sentenças: 8

(101)



Em (96),  $X = W = \text{eu}$ <sup>9</sup>  
 $Y = \text{João}$   
 e  $Z$  pode ou não ser =  $Y$

Em (98),  $X = \text{João}$   
 $W = \text{eu}$   
 $W$  pode ou não ser =  $Y$   
 e  $Z$  pode ou não ser =  $X$

Por isso, (98) é ambígua quatro vezes:

(98) (a) João falou comigo sobre eu e João escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando eu cheguei.

(b) João falou com  $Y$  sobre eu e João escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando eu cheguei.

(c) João falou comigo sobre eu e  $Z$  escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando eu cheguei.

(d) João falou com  $Z$  sobre eu e  $Z$  escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando eu cheguei.

Em (99),  $X = W = \text{eu}$   
 e  $Y$  pode ou não ser =  $Z$

A ambigüidade de (99) é entre:

(99) (a) Eu falei com  $Y$  sobre eu e  $Z$  escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando João chegou.

(b) Eu falei com  $Y$  sobre eu e  $Y$  escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando João chegou.

É evidente que  $Y$  pode ser igual a 'João', que neste caso será usado para marcar a correferencialidade com  $Z$  na leitura (b). Mas 'João' também pode estar totalmente excluído tanto da ação de 'escrever' como da de 'falar', entrando apenas na frase adverbial final. Isto mostra que a FN 'João' da frase adverbial não tem um papel necessário sobre a interpretação do sujeito de 'escrevermos', a não ser por fornecer uma informação contextual sobre a possível interpretação do 'ele' incluído em 'nós'. O ponto relevante aqui é a frase 'falar com  $Y$ '. Se tivermos uma sentença em que este  $Y$  seja explícito, como em:

(102) Falei com Paulo sobre escrevermos os

dois juntos um artigo sobre B.B. quando João chegou.<sup>10</sup>

a ambigüidade ficará entre 'eu e Paulo' e 'eu e outro'. Também é claro que esse 'outro' poderá ser 'João', já que pode ser qualquer pessoa. Mas é a FN 'Y' que será usada para marcar a correferência com a FN 'Z', num dos casos possíveis. É por isso que, como dissemos acima, na interpretação de (99), o sujeito de 'escrevermos' parece se referir mais a 'eu e outra pessoa' do que a 'eu e João'. É que se a FN 'Y' for igual a 'João', seria mais natural dizer-se:

(103) Falei com João<sub>i</sub> sobre escrevermos um artigo juntos sobre B.B. quando ele<sub>i</sub> chegou.

Vemos então que se é a FN 'Y' que será usada para marcar a possível correferência com 'Z', isto não viola as restrições da regra de Jackendoff nem da teoria transformacional, já que 'Y' está na oração principal relativa ao ciclo, e pode perfeitamente ser marcada como correferencial com 'Z', embora não obrigatoriamente. Portanto, se a condição (A.a) pode ser mantida, a condição (B.d), referente à obrigatoriedade, deve ser modificada.

Outro problema sugerido pelos fatos acima é que, se a regra de correferência de Jackendoff se aplicar somente no fim de cada ciclo transformacional, ela vai agir depois do apagamento do complemento do verbo 'falar' (com Y). Isto é, em sentenças com verbos do tipo de 'falar', cujo complemento pode ser ou não mencionado na ES, a determinação da correferência terá que se aplicar antes do apagamento do complemento do verbo. Isto não será problema se este apagamento for independente do ciclo transformacional (isto é, pós-cíclico). Mas se ele se der dentro do ciclo, não poderá ocorrer antes da determinação da correferência.

Este problema se relaciona às sentenças de Anderson em que, segundo ele, o sujeito não precisa ser totalmente mencionado na sentença, como em (90)-

(94) acima. Anderson usa estas sentenças para levantar a questão de se todos os participantes numa ação devem ser mencionados antes de serem apagados. Como em inglês, em português também a referência total do sujeito não precisa aparecer em sentenças como:

(104) João falou com  $\left. \begin{array}{l} \text{Maria} \\ \text{sua mãe} \\ \text{o padre} \end{array} \right\}$  sobre casar-se.

No entanto, os fatos em português são diferentes em relação à interpretação do sujeito do complemento: em (104) o casamento só pode ser entre João e outra, já que se fosse com Maria, a concordância do infinito seria obrigatória:

(105) João falou com Maria sobre casarem-se.

Como vemos, o infinito flexionado desfaz a ambigüidade que existe em inglês. E por causa dele, não há restrições sobre a posição dos antecedentes em relação à sentença subordinada, mais uma vez. O infinito flexionado parece forçar a inclusão de 'Maria' na ação, numa sentença como:

(106) João falou sobre desquitarem-se com Maria. <sup>11</sup>

e exclui a participação de 'Maria' em:

(107) João falou sobre desquitar-se com Maria.

já que não há concordância (o verbo está no singular).

É por isso que a substituição de 'Maria' em (105) resulta em sentenças estranhas:

(108) ??João falou com  $\left\{ \begin{array}{l} \text{sua mãe} \\ \text{o padre} \end{array} \right\}$  sobre casarem-se.

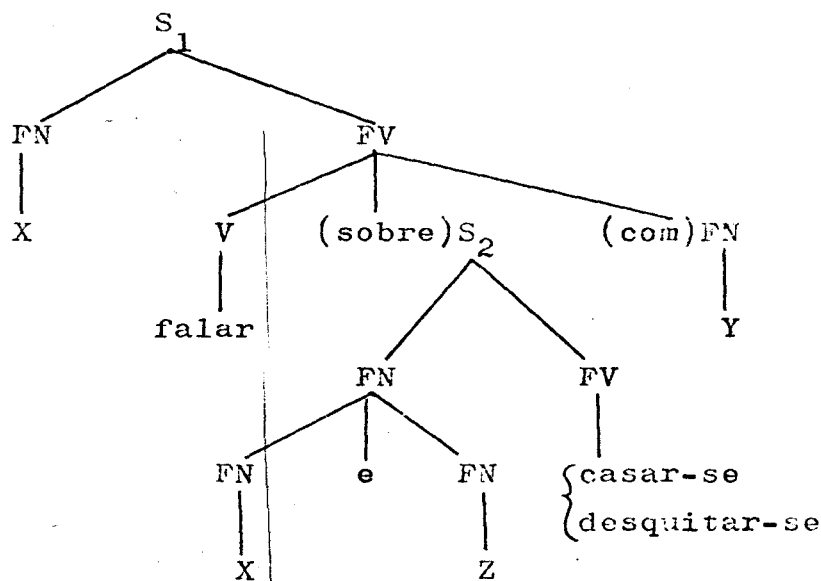
A interpretação é de que João quer se casar com a mãe ou com o padre, o que viola as restrições de seleção de 'João casar-se com ...', como já vimos em nota anterior.

Em suma, a posição do possível antecedente

não influi sobre a sua inclusão ou não na ação. É a flexão do infinito que vai indicar esta participação da outra FN da sentença na ação. Se está no plural, como em (105), (106) e (108), é porque os sujeitos do verbo estão ambos citados (daí a estranheza de (108)), e se está no singular, como (104) e (107), apenas um participante está citado, e a outra FN é complemento de 'falar', e não sujeito de 'casar' ou 'desquitar-se'. (Como Anderson apontou, pode ser a pessoa a quem se está pedindo conselhos, ou anunciando o casamento, etc).

A estrutura destas sentenças é semelhante à das sentenças com 'escrever junto' acima, isto é, algo como: <sup>12</sup>

(109)



e, portanto, deve estar sujeita mais ou menos às mesmas restrições. Isto é, a frase 'com Y' complemento de 'falar' é que é relevante para a interpretação da correferência do sujeito da sentença complemento. Esta frase pode ser gerada antes ou depois da sentença complemento, e ser movida livremente. Este ponto não é relevante aqui, pois de qualquer forma ela não ficará em posição de violar as condições da regra de correferência (ou melhor, a condição (A.a), pois mesmo que seja precedida por 'Z', não será comandada por ele).

Interpretando as sentenças (104)-(108) segun

do a estrutura (109), vemos que  $X = \text{João}$  em todas elas. A diferença é que em algumas  $Y = Z$ , e em outras não. Quando  $Y = Z$ , isto é, João fala com a mesma pessoa com quem vai ou quer se casar (ou de quem quer se desquitarse), a concordância verbal é obrigatória. Isto nos leva a imaginar que o sujeito deve ser mencionado totalmente antes de ser apagado, para que a concordância possa ser feita, pelo menos quando ele é correferencial a outra FN na sentença. Isto é, quando o outro sujeito do complemento (Z) já foi citado na sentença ( $= Y$ ), ele não pode ser apagado antes da concordância com o verbo. Quando Z não foi citado antes ( $\neq Y$ ), ele pode ser retirado antes da concordância (que então não se efetuará), mas não depois dela. Portanto, o apagamento parece depender da determinação da correferência, à primeira vista, já que só FNs não correferentes podem ser apagadas antes da concordância. Entretanto, a proposta de Jackendoff é de que a regra de interpretação de correferência se aplique no fim de cada ciclo, e então o apagamento deve se dar antes da determinação da correferência. Podemos verificar se as sentenças com e sem infinito flexionado podem ser explicadas por esta análise. Segundo (109), elas terão uma estrutura mais ou menos como:

(110)  $\left[ X \text{ falar com } Y \left[ \text{sobre } X \text{ e } Z \text{ casar-se} \right]_{S_2} \right]_{S_1}$

Sabemos que  $X = \text{João}$  e  $Y$  pode ser  $= \text{Maria}$ . Neste caso a estrutura ficaria assim:

(111)  $\left[ \text{João falou com Maria} \left[ \text{sobre } X \text{ e } Z \text{ casar-se} \right]_{S_2} \right]_{S_1}$

Não substituímos o segundo X por 'João' porque o sujeito do complemento ainda deverá ser interpretado como (não)correferente. Escolhemos 'Maria' para substituir Y porque é uma FN cujas restrições de seleção permitirão que ela seja marcada como correferente com o sujeito do complemento, sem resultar numa sentença estranha. Até aqui o que fizemos foi substituir o



△postulado por Jackendoff para ocupar o lugar do sujeito do complemento por duas variáveis, X e Z, já que vimos que, para um verbo como 'casar', os dois participantes da ação devem ser mencionados para poder haver concordância com o infinito, antes de serem (possivelmente) apagados.

A partir de (111), temos várias possibilidades de derivação:

(111) [ João falou com Maria [ sobre X e Z casar-se ]<sub>S<sub>2</sub></sub> ]<sub>S<sub>1</sub></sub>

1ª) No primeiro ciclo aplica-se concordância em S<sub>2</sub>: [ sobre X e Z casarem-se ]

No segundo ciclo, a regra de correferência marcará obrigatoriamente X e Z correferenciais com 'João' e 'Maria', resultando uma sentença como (105):

(105) João falou com Maria sobre casarem-se.

2ª) No primeiro ciclo, Z pode ser apagado, e a concordância em S<sub>2</sub> é feita apenas com X: [ sobre X casar-se ]

No segundo ciclo, X é marcado obrigatoriamente correferente com 'João', e teremos uma sentença como (104): 13

(104) João falou com Maria sobre casar-se.

Nesta sentença, não há mais possibilidade de se marcar 'Maria' como correferente a nada, já que Z foi apagado. Vemos que este apagamento opcional pode se dar no primeiro ciclo, antes da determinação da correferência. Portanto, a possibilidade de apagamento de uma das FNs sujeito parece não estar condicionada ao fato dela já ter sido citada antes. Este apagamento se deu no ciclo, antes da concordância, e a determinação da correferência se aplicou depois dele. É esta última que vai depender de informação do ciclo anterior para sua aplicação, pois se não houver mais uma FN para ser marcada como correferente, ele não se aplicará. Também podemos questionar aí a necessidade de se mencionar to

dos os sujeitos da ação para depois aparecerem deles. A FN Z poderia simplesmente não existir na sentença e neste caso a concordância se daria apenas com o complemento, resultando na sentença (104).

O movimento da FN 'com Maria', complemento de 'falar', é livre, como já apontamos, e ela pode aparecer depois da sentença complemento, e teremos sentenças paralelas a (104) e (105):

(112) João falou sobre  $\left\{ \begin{array}{l} \text{casar-se} \\ \text{casar-se} \end{array} \right\}$  com Maria.

Não é a posição da FN que a obriga a ser interpretada como correferente ao sujeito do complemento, mas o infinito flexionado, como já vimos (ver (106)).

Uma terceira possibilidade de interpretação é aplicar-se a transformação opcional de Complement-movement (ver nota 10) no primeiro ciclo. Ela terá que se aplicar antes da concordância, e teremos a seguinte estrutura derivada de (111):

(113) [João falou com Maria [com X casar-se / com Z]<sub>S<sub>2</sub></sub> ]<sub>S<sub>1</sub></sub>

Neste caso Z não poderá mais ser apagada e terá que se realizar como um pronome na sentença dando:

(114) João falou com Maria sobre casar-se com ela.

que é ambígua, pois o pronome *ela* pode ou não ser correferente com 'Maria'. Para explicar o facto de Z não poder ser apagado nestes casos, podemos especificar que a transformação de Complement-movement não se aplica a FNs com o traço [-lexical]. Neste caso, não se trata mais da interpretação do sujeito do complemento, mas de um pronome. Lembrando, segundo Jackendoff (seção 2.4), todas estas variáveis teriam na base o traço [+pro], e este Z de (113) teria ainda o traço [+lexical]. Se X também fosse [+lexical] teria que ser realizado na ES como 'ele', e depois seria ou não marcado como correferencial.

Falta examinarmos as sentenças em que o complemento do verbo 'falar' não aparece. Dissemos atrás que este complemento pode ser movido, mas ele também pode ser apagado, pois temos sentenças como:

(115) João falou sobre casar-se.

(116) João falou sobre casarem-se.

Acima, ao tratarmos das sentenças com 'escrever junto', em que o complemento de 'falar' não aparecia na ES, mostramos que ele era relevante para a interpretação do sujeito do complemento, e levantamos a hipótese de que seu apagamento poderia ser pós-cíclico, já que sua presença era necessária na interpretação da correferência, que se aplica no fim do ciclo. Numa estrutura como (110):

(110) [X falar com Y [sobre X e Z casar-se]<sub>S<sub>2</sub>S<sub>1</sub></sub>]

o apagamento será de 'com Y'. Realmente, este apagamento pode ser pós-cíclico, pois a sentença (116) é ambígua: João pode ter falado com uma pessoa sobre casar-se com ela própria ou com outra. No primeiro caso, houve uma interpretação de correferência entre as duas FNs, Y e Z, mas como nenhuma aparece na ES, a informação da correferência se perdeu: 'com Y' foi apagado (opcionalmente) no final da derivação, e Z trazia o traço [-lexical], isto é, não poderia ser realizado como um item lexical na ES. Deste modo, a interpretação da sentença (116) é semelhante à das sentenças com 'escrever junto', em que o complemento de 'falar' não aparece e existe uma ambigüidade quanto à interpretação do sujeito do complemento.

Entretanto, existe uma diferença curiosa entre as sentenças com 'casar' e com 'escrever junto': vimos que nestas últimas a regra de correferência não podia ser obrigatória, mas nas sentenças com 'casar' a correferência do sujeito do complemento com 'João', que é o sujeito da sentença principal, é sempre obrigatória. Outra diferença entre estes dois grupos de

sentenças, e que talvez possa explicar a diferença da obrigatoriedade da determinação da correferência, é a pessoa do verbo. Em (98):

(98) João falou sobre escrevermos juntos um artigo sobre B.B. quando eu cheguei.

O verbo 'escrevermos' está na primeira pessoa do plural, o que determina automaticamente que um dos sujeitos do complemento deve ser 'eu'. O outro sujeito é que pode ou não ser correferencial à FN 'com Y' complemento de falar (e que pode ou não ser = João).

Já numa sentença como (104):

(104) João falou com Maria sobre casar-se.

marcamos sempre 'João' como correferencial ao sujeito de 'casar', obrigatoriamente. A FN 'com Maria' poderia ou não ser correferencial também ao sujeito (caso em que haveria a concordância verbal). Cremos então que podemos explicar esta diferença da obrigatoriedade por uma questão de diferença entre singular e plural. Se (98) estivesse no singular:

(117) João falou sobre escrever um artigo sobre B.B.

não teríamos dúvidas em dizer que o sujeito do complemento é correferente a 'João'.

O que parece existir é a obrigatoriedade de pelo menos uma das FNs do sujeito do complemento ser conhecida: quando o próprio verbo nos indica que um dos sujeitos é 'eu', o outro é opcionalmente marcado como correferente com uma FN que o precede. A condição (B.d) da regra de correferência (seção 2.4), portanto, pode ser mantida, mas com as modificações sugeridas pelo estudo das sentenças com plural.

### 3.4. Sumário

Neste capítulo procuramos verificar como entendendo o estudo da determinação da correferência a sentenças com anafóricos no plural, poderíamos chegar a algumas restrições que devem ser incorporadas à gramática, bem como explicitar melhor como deve ser feita esta indicação da correferência. Com esta explicitação surgem problemas que sugerem algumas modificações que deverão ser incorporadas ao tratamento dos anafóricos, seja pela hipótese 'transformacional' ou pela 'interpretativa', e sobre as quais falaremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.

As principais conclusões a que chegamos neste capítulo foram:

1. A regra de correferência proposta por Jackendoff (1972), bem como as condições para pronominalização adotadas pela hipótese transformacional, não bastam para explicarem sozinhas a correferência entre as FNs. Estas condições devem interagir com noções semânticas que explicitam a natureza das FNs na estrutura profunda e a maneira de se atribuir a elas as restrições e condições da correferência. Estas noções são, por exemplo, os conjuntos de variáveis, as variáveis categorizadas e a ordenação de pares de variáveis através de índices referenciais, como apresentadas na seção 3.2.

2. Existe uma restrição na interpretação do pronome plural 'reunido', pelo menos nas sentenças com 'respectivamente', concernente à posição das FNs na sentença encaixada, restrição esta que procuramos formular na seção 3.2, em (86).

3. A condição de obrigatoriedade de correferência com o sujeito do complemento só é total no singular. Nas sentenças com plural, apenas uma parte do sujeito deve ser conhecida ou marcada como correferente, sendo a(s) outra(s) FN(s) do sujeito opcionalmente

marcadas como correferentes com outras FXs da sentença, desde que apresentem condições para isto, isto é, desde que suas restrições de seleção o permitam (ver seção 3.3).

Sabemos que um estudo mais acurado e detalhado dos fatos apresentados acima podem levar a conclusões mais decisivas e à formulação mais explícita de restrições e condições de ocorrência para o problema da determinação dos antecedentes anafóricos. Entretanto, não temos a pretensão de esgotar o assunto aqui, mas apenas de apresentar uma primeira abordagem a alguns dados que podem levantar problemas e questões cujo estudo e resolução podem trazer alguma luz para o problema.

No capítulo seguinte apresentaremos as implicações que nossas conclusões podem trazer para a controvérsia entre as hipóteses 'transformacional' e 'interpretativa' a respeito dos anafóricos.

## NOTAS

1. Bierwisch (1971) diz que o que deve ser indicado pelas variáveis de uma sentença dada é a identidade ou não identidade de referência, pois elas não representam os objetos particulares a que se referem. Mais tarde introduziremos esta noção de variáveis de Bierwisch, explicando melhor o que ele quer dizer com isso. Mas parece-nos que para Jackendoff 'interpretar' pronomes significa apenas indicar sua (não)correferência, e não implica em determinar os seus referentes.

2. Bierwisch (1971) aponta que para toda  $FN_1$  há uma variável  $X_1$  que funciona como um argumento na representação semântica da expressão da qual a  $FN_1$  faz parte. Este argumento ocorre não apenas na leitura da  $FN_1$  em questão, mas vai substituir as variáveis nas leituras de outros constituintes com os quais a  $FN_1$  tem relações sintáticas relevantes. Estas variáveis te são índices de referência que em geral correspondem a conjuntos de indivíduos, inclusive conjuntos de um só elemento. Dois ou mais conjuntos podem ser reunidos para formar uma nova 'instância de referência', como em:

(i) [John<sub>1</sub>, Paul<sub>2</sub>, Bill<sub>3</sub> and [their<sub>4</sub> wives]<sub>FN5</sub>]  
 ]<sub>FN6</sub> squeezed [themselves]<sub>FN6</sub> into [one little car]<sub>FN7</sub>

O índice 4 de 'their' é uma reunião dos índices 1, 2 e 3, e estes mais o índice 5 são reunidos pelo índice 6.

3. Com "FN com condições de ser marcada como correferente" queremos dizer que as FNs a serem escolhidas como possíveis correferentes devem satisfazer as restrições de seleção dos outros itens lexicais da sentença. No exemplo (82) que estamos considerando, para serem correferentes com 'eles', as FNs terão que satisfazer as condições necessárias para ser sujeito de 'conversarem', isto é, terem o traço [+ humano], entre outros. Como muitas FNs podem ocorrer na sentença (o

clube, o escritório, etc.) em várias posições, precisa nos de um meio para saber quais as que têm condições de serem marcadas como correferentes. Um meio que nos parece apropriado é o introduzido em Katz (1972): ele propõe que as FNs numa sentença sejam representadas por 'variáveis categorizadas'. Uma variável categorizada indica uma posição na leitura de um item lexical na qual uma outra leitura pode ser introduzida por uma regra de projeção. Ela é categorizada porque seu alcance de valores (as leituras que podem substituí-la) é determinado pela categoria gramatical da variável. Sua categorização, conforme a formulação de Katz, aparece entre colchetes, e os marcadores semânticos que funcionam como restrições de seleção para os valores da variável aparecem entre ângulos. Deste modo, o sujeito de 'conversarem' será indicado por uma variável X com pelo menos a restrição indicada a seguir:

$$\begin{array}{c} \text{[FN,S]} \\ \text{(conversar) X} \\ \text{< (Humano)(Plural) >} \end{array}$$

4. Esta diferença de interpretação pode ser explicada pelas restrições de seleção dos itens lexicais relacionados na sentença. A informação de que "John não pode se casar com sua mãe" (ou com o pastor, etc) pode ser representada na gramática em termos de variáveis categorizadas (noção sobre a qual já falamos em 3.2 - ver nota 3). Estas FNs, embora possam ser marcadas como correferentes com o sujeito do complemento pela sua categoria gramatical, terão nos marcadores semânticos restrições de seleção que as impedem de serem introduzidas na posição de sujeito da FV 'casar-se com John'.

5. Parece-nos existir ainda mais uma interpretação:

(i) John talked (to someone) about getting married with Mary.

ou que o casamento é entre John e Mary. Entretanto, An



derson não fala dela, e mais adiante daremos nossa explicação sobre o fato.

6. Anderson não explicita bem esta noção de "possível participante de uma ação". Parece que ela seria melhor definida por uma espécie de gramática de casos, que associasse cada verbo com seus 'possíveis participantes da ação', e que, combinada com variáveis categorizadas, explicitam melhor o papel de cada FN participante na ação de cada verbo.

7. Esta 'outra pessoa' a que estamos nos referindo é provavelmente o interlocutor. Isto é, a primeira interpretação que nos ocorre para o pronome 'nós' é a de 'eu e você'. Entretanto, nos exemplos acima estamos considerando apenas a interpretação 'eu e ele', que é a que nos interessa aqui porque torna possível a correferência com outras FNs da sentença.

8. Ao introduzirmos aqui variáveis dominadas por categorias gramaticais, e que poderão corresponder mais ou menos às variáveis categorizadas de Katz, sobre as quais falamos acima, queremos observar que as noções de categoria e de função gramatical estão misturadas numa estrutura como (101), assim como na apresentação de Katz (1972), já que a categoria representa uma relação gramatical na teoria sintática, podendo ser representada por uma estrutura em forma de árvore, como em (101), ou conforme a formulação de Katz (ver nota 3).

9. Lembramos que 'eu' não é pronome anafórico, e está já marcado na base como um dos sujeitos de 'escrevermos'. Isto é indicado pela flexão verbal na ES.

10. Coloquei 'os dois' para evitar outras ambigüidades que não interessam no momento.

11. Mudei o verbo para 'desquitar-se' porque 'casar' rege a preposição 'com', que se confunde com a preposição de 'falar com'.

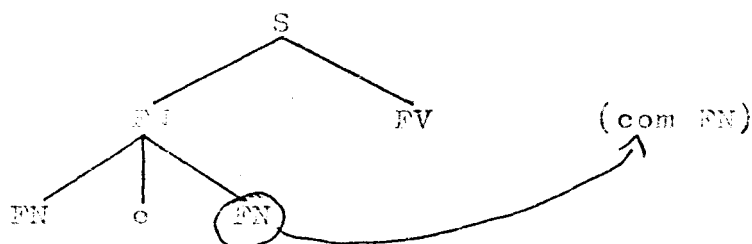
12. Adotamos aqui a suposição de que uma sentença como:

(i) João casa-se com Maria.

pode vir de:

(ii) João e Maria casam-se.

por uma transformação opcional de Conjunction-movement, como postulada por Lakoff e Peters (1969). Esta transformação move a segunda de duas FNs coordenadas para depois da FV seguinte, depois de juntar a ela a preposição 'com'. Esquemmatizando:



13. Para explicar porque X foi marcada correferencial com 'João' e não com 'Maria', temos que usar mais uma vez a noção de restrições de seleção. Esta é uma evidência de que as FNs, mesmo quando tiverem o traço [-lexical], terão que ser definidas em termos de variáveis categorizadas, para que a regra de correferência faça uso das informações contidas nos marcadores das variáveis para a determinação da correferência.

## CAPÍTULO 4

### CONCLUSÕES

O problema da determinação dos antecedentes anafóricos em sentenças com plural nos levou à adoção de alguns mecanismos e soluções que procuramos esboçar no capítulo anterior. Com base nestas soluções, procuraremos formular uma explicação para o problema da cor referência e a indicação de uma possível solução para a controvérsia entre as hipóteses 'transformacional' e 'interpretativa'.

Nossa proposta é de que as FNs na base sejam representadas por variáveis categorizadas que, entre outros traços (como Humano, Animado, Masculino, Plural, etc) terão os de [ $\alpha$ pro], [ $\alpha$ refl] e [ $\alpha$ lexical]. O sujeito do complemento que não aparece na ES poderá ser [ $\begin{matrix} + \text{ pro} \\ - \text{ lexical} \end{matrix}$ ] como quer Jackendoff, mas deverá ter outros traços que especifiquem suas restrições de seleção, como as outras FNs, para que possa ser interpretado dentro da sentença. Portanto, não faz muito sentido aqui a controvérsia entre a hipótese transformacional, de que o sujeito do complemento foi apagado por identidade, ou a interpretativa, de que haveria na EP apenas um  $\Delta$  a ser interpretado. Para nós, o que existe na EP é uma variável X, categorizada como [FN,S], isto é, como sujeito de uma sentença, e com traços no marcador semântico que contenham as informações necessárias para a substituição desta variável pela leitura de um item lexical. Se esta variável contiver os traços [ $\begin{matrix} + \text{ pro} \\ - \text{ lexical} \end{matrix}$ ] ela não aparecerá na ES, se contiver os traços [ $\begin{matrix} + \text{ pro} \\ + \text{ lexical} \end{matrix}$ ] aparecerá como um pronome, e se tiver apenas [ $\begin{matrix} + \text{ lexical} \end{matrix}$ ] será substituída por um item lexical. De qualquer forma, a interpretação deste item substituirá a variável, já que os outros traços e as restrições de seleção devem fornecer todas as informações re-

levantes para que esta leitura possa ser inserida na posição da variável.

Do mesmo modo, também se esvazia a discussão sobre a pronominalização como uma regra transformacional ou uma regra de interpretação semântica. Além da indicação de que deve aparecer na DS como um pronome, a variável que representa a FN na DP poderá já trazer a indicação de que ela pode ou não ser marcada como correferente com outra FN (isto é, se será anafórica ou não-anafórica). Se esta indicação de correferência depende de certas condições que são semelhantes às condições postuladas pela hipótese transformacional como necessárias para a transformação de uma FN num pronome, isto é, se as restrições de ocorrência das duas hipóteses são semelhantes, não é a maneira de representá-las que irá resolver a questão sobre a possível superioridade de uma ou de outra. Esta questão deve ser decidida pela sua adequação empírica, e os dados tratados aqui não fornecem um argumento decisivo para nenhuma delas. Nossa proposta parece mais uma extensão, ou um aprofundamento, da hipótese interpretativa, já que trata da adição de traços aos já postulados por ela, como [+ pro]. Entretanto, uma FN que estivesse como item lexical na EP e fosse apagada, como quer a hipótese transformacional, teria também um conjunto de traços que seriam deixados após seu apagamento para que a interpretação semântica pudesse se dar. De qualquer modo, a regra de interpretação semântica iria se aplicar a um conjunto (ou matriz) de traços semânticos e restrições de seleção que podem ou não ser representados por um item lexical na DS.

O que queremos evidenciar aqui é que o aprofundamento do tratamento e da aplicação de noções semânticas como a das variáveis categorizadas e as mencionadas no capítulo anterior (conjunto de variáveis, pares ordenados, etc.) podem levar a discussão de alguns problemas, como o da determinação dos antecedentes

anafóricos, para um campo mais profundo de análise, em que certas controvérsias se esvaziam de sentido, ou pelo menos podem receber alguma luz que ajude a solucioná-las de uma maneira mais completa e coerente com outros aspectos da gramática.

## BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Stephen R. 1970. "Two Notes on Split Antecedents", em Linguistic Inquiry, vol. 1.4: 545-47.
- Rach, Emmon. 1970. "Problominalization", em Linguistic Inquiry, vol. 1.1: 121-22.
- Bierwisch, Manfred. 1971. "On Classifying Semantic Features", em Steinberg e Jakobovits. 1971: 410-35.
- Chomsky, Noam. 1957. Syntactic Structures. The Hague: Mouton & Co.
- Chomsky, Noam. 1965. Aspects of the Theory of Syntax. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Chomsky, Noam, 1967. "Remarks on Nominalization", em R. Jacobs & P. Rosenbaum, eds. 1970. Readings in English Transformational Grammar. Waltham, Mass.: Blaisdell.
- Chomsky, Noam. 1969. "Deep Structure, Surface Structure and Semantic Interpretation", em Steinberg e Jakobovits. 1971: 183-216.
- Dougherty, Ray C. 1969. "An Interpretive Theory of Pronominal Reference", em Foundations of Language, vol. 5: 488-520.
- Jackendoff, Ray S. 1967. "An Interpretive Theory of Pronouns and Reflexives", mimeografado, MIT. Reproduzido pelo Indiana University Linguistics Club, Bloomington, 1968.
- Jackendoff, Ray S. 1972. Semantic Interpretation in Generative Grammar. Cambridge, Mass.: The MIT Press.
- Katz, Jerrold J. 1972. Semantic Theory. New York: Harper & Row, Publishers.
- Lakoff, George e Stanley Peters. 1969. "Phrasal Conjunction and Symmetric Predicates", em Reibel e Schane. 1969: 113-42.
- Langacker, Ronald W. 1969. "On Pronominalization and the Chain of Command", em Reibel e Schane. 1969: 160-86.
- Lees, R.B. e Edward S. Klima. 1963. "Rules for English Pronominalization", em Reibel e Schane. 1969: 145-

59.

Postal, Paul. 1970. "On Coreferential Complement Subject Deletion", em Linguistic Enquiry, vol. 1, 4: 439-500.

Reibel, David A. e Sanford A. Schane, eds. 1969. Modern Studies in English - Readings in Transformational Grammar. Englewood Cliffs, New Jersey: Prentice-Hall, Inc.

Ross, John R. 1967. "On the Cyclic Nature of English Pronominalization", em Reibel e Schane. 1969: 187-200.

Steinberg, Danny D. e Leon A. Jakobovits, eds. 1971. Semantics - An Interdisciplinary Reader in Philosophy, Linguistics and Psychology. Cambridge: Cambridge University Press.